DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE S. PAULO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

NOÇÕES DE PALEOGRAFIA

POR

UBIRAJARA DOLÁCIO MENDES

São Paulo

1953

NOÇÕES DE PALEOGRAFIA

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE S. PAULO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

NOÇÕES DE PALEOGRAFIA

POR

UBIRAJARA DOLÁCIO MENDES

São Paulo
1953

DO MESMO AUTOR

"A Guerra Química" — Publicado em "Armas em Revista" (S. Paulo) — nºs. de agosto e setembro de 1938.

"O decréscimo nos coeficientes de natalidade no Estado de São Paulo" — Publicado no Boletim do Departamento Estadual de Estatística — abril de 1942.

"Aproveitamento econômico do Rio Tietê" — Departamento Estadual de Estatística — dezembro de 1947.

"Produzir mais: remédio contra a inflação" — Conselho de Expansão Econômica — abril de 1948.

"Breve Histórico do Arquivo" — Departamento do Arquivo do Estado (S. Paulo) — fevereiro de 1952.

"Evolução das Escritas — Tipos Caligráficos" — Departamento do Arquivo do Estado (S. Paulo) — fevereiro de 1953.

"Material da Escrita" — Departamento do Arquivo do Estado (S. Paulo) — fevereiro de 1953.

"A Paleografia e suas dificuldades" — Departamento do Arquivo do Estado (S. Paulo) — fevereiro de 1953.

"A F.E.B., Embaixada de amizade" — Departamento do Arquivo do Estado (S. Paulo) — setembro de 1953.

Em colaboração:

"Depoimento de Oficiais da Reserva sôbre a F.E.B." (com mais 15 oficiais) 3.ª Edição — Ed. Cobraci — 1952.

"Verbos Ingleses" (com Carlos Kehdy) — Ed. Brasil — setembro de 1952.

NOTA PRÉVIA

Em fins de 1952, quando na direção do Departamento do Arquivo do Estado, o autor dêste trabalho, dr. Ubirajara Dolácio Mendes, realizou um Curso Livre de Paleografia, contando integralmente com o aplauso de todos aquêles que se interessam pelo assunto. Nós estávamos entre êstes. Sabemos das dificuldades encontradas, das lutas que teve de enfrentar para levar a cabo tão útil quão necessário empreendimento. Os resultados, porém, foram plenamente compensadores; o êxito ultrapassou mesmo as melhores expectativas, pois o curso obteve mais de duas centenas de inscrições e uma frequência média de 170 alunos.

Tal sucesso, raro, raríssimo mesmo, em se tratando de uma especialização tão pouco conhecida e estudada em nosso meio — e, também, levando-se em conta a falta que nos fazem bons paleógrafos — induziu-nos a pensar em novo curso, desta vez, porém, dando-lhe as características de avançado, isto é, dedicando-o àqueles que já tenham algumas noções da matéria. E, para não limitar as inscrições apenas aos que acompanharam e concluiram o primeiro, o Departamento do Arquivo resolveu dar a lume êste trabalho, que tem por escôpo servir de base elementar aos alunos que se iniciam no interessantíssimo estudo da Paleografia.

São Paulo, outubro de 1953.

José Soares de Souza
Diretor.

APRESENTAÇÃO

O autor deve confessar, antes de mais nada, que não deseja o título de paleógrafo. A paleografia, a seu ver, é uma arte que demanda prática constante e atenção quase exclusiva. Para isso, é preciso que o estudioso dessa especialidade dedique a totalidade de seu tempo ao serviço comparativo de letras, à análise de tipos caligráficos e ao constante manusêio de documentos antigos. Tendo de tratar, paralelamente, de atividades outras, é evidente que o autor não poderá, jamais, ser um paleógrafo, na acepção do têrmo.

— Porque, então, se abalançou a escrever êste trabalho? perguntar-se-á.

E o autor responderá:

Mero desejo de juntar a sua modesta colaboração para que os estudos de história, em nossa terra, se baseiem cada vez mais nos originais dos documentos antigos.

Se lhe fôsse permitido adotar uma classificação de tom jocoso, evidentemente sem desrespeito a ninguém, diria o autor que há dois tipos de historiadores: os de primeira e os de segunda água. Os de primeira água seriam aqueles que se vão abeberar nas fontes verdadeiras: os documentos antigos, cuidadosamente conservados pelos arquivos e bibliotecas. Os de segunda água seriam os historiadores que, baseados nas afirmativas dos de primeira água, repetem os conceitos expostos por êstes ou, à vista do expendido por êles, tiram novas conclusões.

Ora. O sr. José da Silva é um grande historiador. Conciencioso, cuidadoso e profundo. Pesquisa sempre, revolve os arquivos, busca constantemente estar bem amparado por

documentação fidedigna. Tem dezenas de trabalhos publicados e seu nome é citado aqui e no exterior como o de um mestre. E, nessas condições, as suas obras são usadas como fonte para a feitura de outros volumes de história.

Mas o sr. José da Silva — historiador de primeira água — não é Deus. Não é infalível, portanto. Embora cuidadoso, embora meticuloso em seus estudos, poderá ocasionalmente se ter enganado na leitura de um documento. Uma letra "s" que tomou por "f", um Paulo que leu Saulo, e suas conclusões já não correspondem inteiramente à verdade. Por outro lado, ainda lendo corretamente o documento, poderá tê-lo interpretado imperfeitamente. Nem por isso, é claro, deixará de ser o mestre venerado. E, como todo verdadeiro homem de ciência, descoberto o êrro, procurará corrigi-lo, sem que com isso perca em autoridade ou dignidade.

Acontece entretanto que, até perceber-se o engano, êste já foi repetido por dezenas de outros historiadores — os de segunda água — e conclusões outras se basearam no êrro. Consequência: o êrro acaba sendo considerado verdade histórica.

Os historiadores conhecem inúmeros casos dêsses. Por vezes, até, para desfazer um engano simples, milhares de páginas têm de ser escritas. E nem sempre se consegue com sucesso repôr as coisas nos seus devidos lugares.

Meramente para citar um exemplo: certo historiador — por sinal muito respeitado entre os pesquisadores de nossa história pátria — crê que em documento existente no arquivo de uma congregação religiosa se possa ler a palavra "S. Paulo", referindo-se à nossa cidade, em data anterior a 1554. Outros historiadores analisaram o documento e concluiram que a palavra ali existente não é "S. Paulo". Mas a dúvida ficou e, às vésperas do 4.º centenário da fundação da cidade, ainda se discute se S. Paulo foi realmente fundada ou não em 25 de janeiro de 1554.

Muitas dúvidas históricas não surgiriam, ou morreriam no nascedouro, se maior número de historiadores se valesse dos preciosos arquivos que possuímos.

Mas a só menção de papel velho, bichado ou amarelado pelo tempo, assusta muita gente e já produz comichões psicológicos. Decifrar códices e cartapácios é com efeito cansativo. Não é, porém, tão difícil ou complicado como geralmente se pensa.

E essa é a finalidade precípua dêste livro. Procurar interessar nossa gente na leitura dos nossos papéis velhos, buscando mostrar, ao mesmo passo, que não há necessidade de "decifrá-los". Com prática, a leitura dos documentos antigos passa a ser quase corrente. E um mundo de perspectivas interessantes se abre para os historiadores ao consultarem os códices — muitos dêles ainda não publicados — conservados nos arquivos, quer públicos quer particulares.

Com a mesma finalidade dêste livro, criou o Departamento do Arquivo do Estado um "Curso Livre de Paleografia", cujas aulas estiveram a cargo dos srs. Drs. Américo de Moura, Tito Lívio Ferreira, Antônio Paulino de Almeida, Bueno de Azevedo Filho, Phillipe Wolff, Carlos da Silveira, Lívio Gomide e Affonso E. Taunay. O autor teve a honra de dar também a sua apagada contribuição.

O êxito dêsse curso, com mais de 200 inscrições, mostrou o interêsse que a Paleografia pode despertar. E foi exclusivamente o que encorajou o autor na feitura desta obra. Pouco ou nada haverá de original neste trabalho. Tudo o que aqui se expõe pode ser encontrado nos tratados da matéria, citados na bibliografia do fim do volume. Se algum mérito puder ter o autor do presente livro será apenas o de haver procurado sintetizar o que pôde encontrar sôbre o assunto, porque a sua contribuição pessoal terá sido, se não nula, provàvelmente de pouca ou nenhuma valia.

São Paulo, setembro de 1953

U.D.M.

I

PALEOGRAFIA — DEFINIÇÃO E GENERALIDADES

Pela etimologia da palavra têm-se de imediato o seu significado: *paleos* = antigo; *graphein* = escrever. Paleografia é, portanto, escrita antiga, ou seja, o estudo da escrita antiga.

Os autores, com variantes apenas na maneira de expor a idéia, bàsicamente definem a paleografia como sendo a decifração dos documentos antigos. Assim, Maurice Prou diz que:

"Paleografia é a ciência das antigas escritas, que tem por objeto a decifração dos escritos da Antiguidade e da Idade Média".

D. Jesus Muñoz y Rivero define a paleografia como sendo:

"A ciência da decifração dos manuscritos, tendo em consideração as vicissitudes sofridas pela escrita em todos os séculos e nações, seja qual fôr a matéria em que ela apareça".

Salomon Reinach diz:

"A Paleografia é a ciência da decifração dos manuscritos".

E Agustin Millares Carlo:

"Paleografia é a ciência que trata do conhecimento e interpretação das escritas antigas e que estuda as suas origens e evolução".

A nosso ver poderiamos simplesmente dizer que: "A Paleografia é a arte de ler documentos antigos". Esta definição, conquanto mais curta, não tem limitações e, dêsse modo, abrange tudo quanto se refere à matéria. Na arte de ler o documento antigo estariam englobados a capacidade de superar as vicissitudes sofridas pela escrita, a interpretação desta, o conhecimento de sua origem, evolução e época.

Paleografia e epigrafia

Quando se diz que a "paleografia é a arte de ler *documentos* antigos", não empregamos a palavra *documento* na sua acepção mais lata. Um osso pode ser um documento paleontológico; ua mancha de sangue, sôbre o soalho, pode ser um documento policial; um feto disforme, guardado num vidro com formol, pode ser um documento anátomo-patológico.

Os documentos que constituem objeto da paleografia são apenas aqueles vasados sôbre matéria mais fàcilmente perecível e de fácil transporte, como o papel, o pergaminho e as tabuinhas enceradas.

Se, entretanto, uma inscrição é feita sôbre matéria dura, como o mármore, a pedra, metais, principalmente quando de difícil transposição e com a finalidade de servir de monumento para idades futuras, então se diz que tais documentos pertencem ao campo de estudo de outra ciência: a Epigrafia.

As placas de barro da escrita cuneiforme, embora feitas em material mais resistente ao tempo que o papel ou o pergaminho, podem fazer parte do estudo paleográfico por serem de relativamente fácil transporte. O mesmo se pode dizer de escritos feitos pelos antigos em lâminas finas de ouro ou de chumbo. Mas se a escrita cuneiforme foi feita numa coluna ou a placa metálica presa a um bloco de pedra, o paleógrafo poderá eventualmente ser consultado para a sua decifração. Mas o documento já passou a fazer parte do campo de ação da Epigrafia.

Paleografia e diplomática

Costuma-se estudar, paralelamente à paleografia, e tendo como objeto também os documentos antigos, uma outra ciência, ou arte, intitulada Diplomática. E os autores timbram em separar nitidamente o campo de ação das duas matérias.

Dizem êles que a Paleografia estuda apenas os caracteres extrínsecos dos documentos: as letras com que são escritos. A Diplomática estuda o conteudo. A Paleografia lê, decifra o documento; a Diplomática interpreta-o e julga sôbre a sua autenticidade e veracidade. Chega-se a dizer que "a paleografia estuda o corpo do documento; a diplomática, a alma".

Entendemos que isso não passa de exagêro de especialização. Não é possível, lendo um documento, separar-se a sua parte extrínseca, as letras com que foi escrito, do seu teor intrínseco: a idéia. Grande número de vêzes o paleógrafo, para poder decifrar o documento, se vale de textos semelhantes, para comparação; do sentido provável da frase; da sequência natural de um trecho; de fórmulas comuns a determinadas épocas. As letras, e o pensamento por elas transmitido, são pois inseparáveis.

O próprio paleógrafo é obrigado à análise e à crítica daquilo que lê. Se assim não agir, fará face, por vêzes, a trechos incompreensíveis ou absurdos. Não há dúvida que, após lido um documento, é possível a crítica do teor do mesmo por outrem, que não o paleógrafo. Êsse outrem, evidentemente, não estaria fazendo paleografia. Estaria fazendo a crítica à luz da história, à luz da lógica, ou por comparação com outros textos. Mas nada mais que isso porque, sem recorrer ao documento original, sem fazer paleografia portanto, não pode o crítico saber se o êrro — se êrro houver — é intrínseco no documento, se é êrro de leitura, se êrro de interpretação. Êsse simples trabalho crítico não deve comportar um nome tão pomposo — Diplomática — e ser considerado ciência àparte. Acrescente-se que o verdadeiro crítico tem de valer-se do original, se quiser ter certeza do que afirma, até mesmo quando sua finalidade seja a verificação da autenticidade do documento. Nessas condições, a nosso ver, o

mais que se pode aceitar, dando à crítica documental um nome diferente, é a existência de uma *paleografia diplomática.*

Paleografias nacionais

Costumam os autores denominar a leitura dos manuscritos antigos segundo as nações ou povos que deram origem aos documentos. Teriamos assim:

1 — Paleografia grega.

2 — Paleografia latina.

3 — Paleografias orientais.

4 — Paleografias francesa, espanhola, italiana, portuguesa, etc.

Entre nós, com referência aos documentos dos primeiros séculos de nossa colonização, deveriamos ter uma Paleografia Brasileira.

Não são dessa opinião alguns dos mais assíduos leitores dos nossos documentos antigos, entre os quais podemos citar o historiador Afonso E. Taunay e o genealogista Carlos da Silveira. Alegam êstes que nossa documentação é ainda muito recente, e de relativamente fácil leitura, para merecer o nome de Paleografia Brasileira. Não discutiremos. Mas, considerando em primeiro lugar que certas características dificultantes da leitura (traças, amarelido do papel, descoramento da tinta, etc.) são, nos nossos documentos, iguais às que se oferecem aos europeus, e, em segundo lugar, como meio de identificação dos nossos códices, separando-os dos de outra origem, somos pela denominação Paleografia Brasileira.

Relações entre a paleografia e outras ciências

Relações entre a Paleografia e a História — As relações são evidentes. Da leitura de documentos antigos é que deriva a História. A prova dos fatos, tais como se deram, é constituída por uma carta que ficou, uma escritura de terras, um relatório apresentado, um comunicado feito, um inventário. A Paleografia lerá êsses documentos; a História nêles encontrará as bases, os porquês e o encaminhamento de cada sucesso histórico. Sem a Paleografia, a História seria apenas um amontoado de suposições ou um desfiar enorme de narrativas transmitidas pela tradição oral.

Relações entre a Paleografia e a Filologia — Ao estudar-se uma língua, suas características hodiernas, sua sintaxe atual, não podemos deixar de lado a indagação de *como* chegou a língua ao estado presente. Faz-se necessário, então, voltar atrás, no tempo, afim de descobrir as várias transformações por que passou aquele idioma. E aí entra a Paleografia, auxiliando o filólogo a decifrar as múltiplas particularidades da escrita, possibilitando assim o estudo dos vários estágios da língua, com as variações sofridas por cada palavra, com as alterações no sentido das frases, com o cambiamento paulatino da sintaxe. Acreditamos poder afirmar com segurança que, sem a Paleografia como auxiliar, dificilmente se compreenderia a existência da Filologia.

Relações entre a Paleografia e o Direito — Tais relações são fàcilmente deduzíveis quando se trata de investigar a história das leis. O Direito Romano, tronco robusto de tôda a legislação atual, só pôde ser estudado através da documentação deixada. E o paleógrafo foi chamado a intervir na decifração dos textos.

Mas, independentemente da história das leis, múltiplos casos há em que a paleografia vem em auxílio do jurista: leitura de testamentos antigos, direitos à herança, registro

de terrenos, feitos há séculos mas que entram hoje em litígio, etc. Foi graças à leitura de documentos existentes no Arquivo do Estado de S. Paulo que se decidiram as questões de limites entre S. Paulo e Minas.

Relações entre a Paleografia e as Ciências em geral — Desde Hipócrates, ou mesmo antes dêle, as tentativas de cura das várias moléstias, os medicamentos usados e os resultados obtidos vêm sendo anotados em documentos esparsos; os antigos alquimistas tomavam nota de suas experiências; a astrologia conservava, por escrito, as observações efetuadas. Buscando aproveitar o que, de bom, foi feito pelos antigos, e evitar os êrros cometidos, assim progridem as ciências. A paleografia, com a decifração dos documentos deixados, contribue dêsse modo para o progresso da humanidade.

II

EVOLUÇÃO DAS ESCRITAS

Desde que o homem é um animal gregário, vê-se obrigado a todo o momento a transmitir suas idéias a seus semelhantes. E isso se deu, é bem de ver, desde os primórdios da existência da humanidade.

A princípio, os primeiros ancestrais do *homo sapiens* terão transmitido seus pensamentos através do grito, do grunhido, do ronco. Sons êstes que, em breve, se transformariam na palavra articulada. Mas a palavra falada apenas comunicava as idéias aos presentes, isto é, aos semelhantes que se encontravam nas proximidades e no instante mesmo da emissão da voz. Como transmitir a idéia aos ausentes, isto é, aos que não se encontravam nas cercanias? E como preservar a palavra, de modo que a idéia resistisse ao tempo?

Terá sido, talvez, por observação direta da própria natureza que o ente humano teve a idéia de como fixar no tempo o seu pensamento. Quando um animal, ou o próprio homem, passava por um terreno mole, deixava impresso no sólo plástico o seu pé. O barro secava pela ação do calor solar. E a pegada alí permanecia por muito tempo, símbolo mudo, mas eloquente, da passagem do ser vivo pelo local.

Aquela pegada impressa no barro endurecido e que subsistia por muito tempo deu ao homem a idéia inicial de como deixar gravadas suas idéias. Seus primeiros desenhos, rústicos ainda, imperfeitos, foram traçados no barro, matéria fácil de ser encontrada, riscável até com o dedo. Só mais tarde, aos poucos, é que o homem primitivo passou a desenhar sôbre materiais mais duros, mais resistentes ao tempo, como a madeira, os ossos, a pedra.

Mas, voltando ainda à pegada, humana ou de animal, impressa no barro. Essa pegada não era o homem, não era o animal. Mas, sem embargo disso, *representava*-o. Indicava, ou, mais que isso, era a demonstração evidente de sua passagem pelo local.

Dêsse modo, se o barro já tinha dado ao homem primitivo a idéia da representação pictórica das coisas, a pegada em si lhe terá sugerido a possibilidade de representar um ser por apenas uma das suas partes. Em vez de desenhar um homem inteiro, bastaria ũa mão, ou um pé, para *simbolizá-lo*.

Assim terão nascido, por certo, os símbolos gráficos. É evidente que a coisa não se passou tão simplesmente como se poderá imaginar pelo que foi dito até aqui. Os séculos e, mesmo, os milênios tiveram de passar por sôbre o ser humano, antes que êste alcançasse ao atual estágio de sua escrita.

Embora pareça paradoxal, um grande auxiliar do progresso humano é a preguiça. É ela que sugeriu ao homem a utilização dos animais, de modo a transferir para êstes o esfôrço físico que suas tarefas exigiam; é ela que pôs fermento na imaginação do *homo sapiens*, dando-lhe a idéia da roda, da alavanca, das máquinas, sempre com o fito de poupar trabalho; é a ela que se deve a simplificação dos desenhos primitivos, possibilitando a escrita atual.

Os desenhos do homem das cavernas, à medida que a prática do desenhista aumenta, tendem a aperfeiçoar-se em dois sentidos: ou evolue no espaço, isto é, desenvolve-se tridimensionalmente — e nesse caso têm início as representações escultóricas; ou aperfeiçôa-se no plano, com duas dimensões apenas, e busca em breve a simplificação — para economia de esfôrço. Dessa simplificação é que resulta que

um touro, por exemplo, se reduz a umas poucas linhas: o corpo, 4 pernas, a cauda e os chifres.

(fig. 1)

Um homem acaba simbolizado ùnicamente pela cabeça, tronco, braços e pernas, em traços simples, tal como as crianças o desenham:

(fig. 2)

Assim se originaram os sistemas de escrita. O desenho primitivo, integral, se vai simplificando, ou, melhor dizendo, se vai desgastando, dando em resultado uma representação simbólica já suficiente para a expressão de idéias.

Exemplo disso nos tempos atuais é o alfabeto japonês, que ainda conserva muito dos desenhos primitivos que lhe deram origem. Meramente a título ilustrativo, vejamos o símbolo representativo de mulher, em japonês (*oná*):

(fig. 3)

É evidente que êsse desenho não tem semelhança alguma com um ser humano do sexo feminino. Mas, é conhecido o fato de que as japonesas costumam usar, com seu vestuário tradicional, um penteado sui-generis, no qual espetam um ou mais grandes grampos:

(fig. 4)

Com um pouco de imaginação pode-se perfeitamente supor que tenha sido esta a origem do ideograma *oná*, através de lento mas constante desgaste:

(fig. 5)

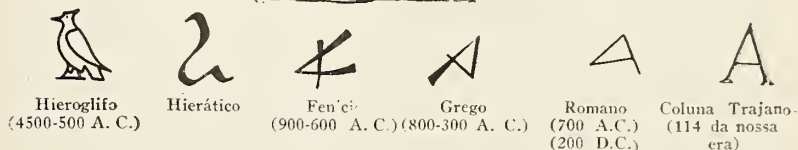
Caminho idêntico seguiu o alfabeto.

O nosso alfabeto é originário do Egito. Foi nesse país do Mediterrâneo que surgiu a escrita hieroglífica, constituída de ideogramas. Mais tarde, ainda no próprio Egito, já havia duas escritas paralelas: a *hieroglífica* na sua forma pura, ou na sua forma cursiva — a *hierática* — usada apenas pelos sacerdotes, e a que se intitulou *demótica*, utilizada pela massa dos que sabiam escrever. Esta já era simplificada e mais corrente. E é ela que, através variações adicionais feitas pelos semitas e pelos gregos, chega finalmente a nós, transformando-se no alfabeto ocidental moderno.

À guisa de ilustração, para verificarmos como o desgaste pelo uso — ou a simplificação pela preguiça — altera lentamente os desenhos, podemos lembrar o caso da letra *M*. Esta nasceu da representação integral de uma coruja ou mocho que, no egípcio antigo se dizia *mulak*. E, por contínuo desgaste, resultou no nosso *M*, através do μ grego (que se lê mu). Quem tenha um pouco de imaginação ainda pode ver, no nosso M atual, resquícios do desenho inicial do mocho egípcio.

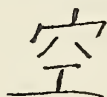
Desgastes dessa espécie sofreram tôdas as letras. A pedra de Roseta, hoje no Museu Britânico, decifrada por Champollion, serviu de base ao estudo dessas alterações. O sábio francês nela descobriu que uma águia representava o *A*, uma perna e um pé representavam o *B*, uma serpente com cornichos o *F*, ũa mão o *T*, um frango o *U*, e assim por diante.

Há trabalhos que mostram as sucessivas alterações por que passaram os antigos hieroglifos até que fôsse alcançado o estado atual de cada letra de nosso alfabeto. Ex.:

Hieroglifo (4500-500 A. C.)	Hierático	Fenício (900-600 A. C.)	Grego (800-300 A. C.)	Romano (700 A.C.) (200 D.C.)	Coluna Trajano (114 da nossa era)

(fig. 6)

Em resumo, pode-se dizer que tôdas as letras passaram por três estágios, na sua formação:

1.º — *O estágio do ideograma.*

Neste estágio, a escrita se compõe de figuras inteiras, a princípio cópias mais ou menos fiéis dos objetos representados. Lentamente, as figuras evoluem, simplificando-se, mas sempre lembrando o desenho inicial. Os ideogramas poderão ser, também, formações pictóricas, com o fim de sugerir idéias abstratas. Um círculo rodeado de traços irradiantes poderá representar o sol, a luz, ou o *brilho;* uma cruz poderá indicar o objeto concreto ou simbolizar o *sofrimento*, o *martírio* ou a *fé*. Entre nós tais símbolos não se usam na escrita comum. Mas em outros povos ainda se encontram exemplos de idéias abstratas representadas por ideogramas. A idéia de *céu* em japonês (*sô-lá*) tem como símbolo gráfico um desenho perfeitamente explicável:

(fig 7)

Tudo indica, aí, a intenção de simbolizar-se uma árvore sôbre uma linha horizontal (o sólo). E, lá em cima, o traço-

de cobertura: a abóbada celeste. Autores há que acreditam que vários dos caracteres da numeração romana não passam de antigos ideogramas: I, II, III poderiam ser considerados como a representação dos dedos, indicando as quantidades. O V seria, possivelmente, a simplificação da figura formada pela mão, com os quatro dedos juntos e o polegar afastado. O IV e o VI seriam a mão, com a diminuição ou acréscimo de um dedo. Ainda hodiernamente se encontram aplicações de ideogramas. Exemplos: os símbolos usados para representar os planetas e signos do Zodíaco; os sinais de igualdade (=), multiplicado por (x), dividido por (÷) e outros muitos, utilizados na matemática; os sinais de pontuação como ? e ! (interrogação e admiração); os sinais das placas do trânsito, indicando "lombada", "cruzamento", "curva em declive"; o simbolismo médico para indicar "macho" ou "gameta masculino" (♂) e "femea" ou "gameta feminino" (♀); etc.

2.º — *O estágio do fonograma.*

O fonograma pode ser considerado como uma quase consequência lógica da evolução do ideograma. Assim como êste se simplifica com o tempo, também os sons por êle representados se podem abreviar. Dêsse modo, o ideograma que representasse a palavra *casa,* por exemplo, acabaria sendo usado para simbolizar apenas a primeira sílaba dessa palavra. Supondo-se que o mesmo acontecesse com os ideogramas representativos de *remo* e *gato,* fácil seria escrevermos a palavra *carrega,* reunindo-se os ideogramas de *casa, remo* e *gato.* Os ideogramas, simplificados por certo, já não representariam *idéias* mas apenas os *sons* iniciais das palavras. Teriam passado, portanto, a fonogramas. O fonograma é, pois, a representação de um som. A taquigrafia moderna usa sinais que, em vez de representarem as letras isoladas, como na escrita comum, representam sílabas ou sons. Tais sinais são verdadeiros fonogramas, portanto.

Certas abreviaturas atuais poderiam, por extensão ideológica, ser consideradas fonogramas: *S.* equivalente a *São; S/* equivalente a *seu, sua; Pg.* (*p* no lugar de *pa* e *g* no lugar de *go*); q. = que (abreviatura muito usada pelos estudantes, ao tomarem notas de aula); R = rua.

OBSERVAÇÃO: nem todas as abreviaturas, entretanto poderiam ser consideradas fonogramas. C/C, por exemplo, no sentido de "Contas Correntes", CIF (= *cash, insurance* e *freight*), A/C (= aos cuidados de) e outras muitas, não representam sons e, sim, palavras completas, com dois e mais sons. Mas, ainda por extensão ideológica (pois não se trata de desenhos, mas já letras definidas), poderiam classificar-se entre os ideogramas.

3.º — *O estágio da letra.*

É o capítulo final da evolução da escrita. De sintético que era o desenho, representando o objeto por inteiro, reduz-se o seu simbolismo apenas à primeira sílaba, a um som, para finalmente passar à representação dos sons elementares, com os quais se podem formar as palavras. É o final analítico. É a letra. As letras do alfabeto são, pois, fonogramas que, após longo processo de desgaste, chegaram a um extremo de simplificação, tanto na fórma como no valor.

Além do desgaste, outros fatores colaboraram para o atual aspecto de cada letra: o material usado na escrita, o desejo de escrever mais depressa e a fantasia dos copistas.

O material usado influiu no arredondamento e no sentido do tracejado das letras. Quando se escrevia com um estilete, sôbre matérias duras como os metais, madeira ou mármore, os traços retos predominavam, pela maior facilidade de sua escavação no material rijo. Quando o papiro, o pergaminho e o papel substituem aquelas bases da escrita e o estilete cede lugar à pena, as letras começam a arredondar-se, os traços curvos se sucedem aos retos. Além disso, sendo a pena biselada e fendida para maior fluidez da tinta sôbre o papel, as letras são mais fàcilmente escritas *puxando-se* a pena, isto é, fazendo-se os riscos *de cima para baixo* fato que vem colaborar para a alteração da fórma das letras.

O desejo de escrever mais depressa provoca o não levantamento da pena de sôbre a superfície do papel. Dêsse modo as letras se vão, aos poucos, ligando umas às outras na escrita cursiva. E mudando de fórma, consequentemente, por lhe serem adicionados os traços de ligação.

Finalmente, a fantasia dos copistas também imprimiu alterações de vários tipos no desenho das letras. Com a intenção de embelezar a cópia feita e assim valorizar o seu trabalho, cada escriba *enfeitava* as letras acrescentando-lhe caudas inúteis, pontas recurvadas, floreios, alças, sinuosidades, etc. Isso tudo influiu, com maior ou menor intensidade, na fórma das letras, dando em resultado o estado atual de cada uma delas.

III

TIPOS CALIGRÁFICOS

Sob o título de "tipos caligráficos" (de *Kalos* = belo e *Graphein* = escrever) ou de "tipos de escrita" podemos englobar o estudo das várias modificações por que foi passando a escrita, dando em resultado o sistema hoje corrente entre nós. Certo é que, para uma análise acurada, deveriamos retrogradar nossa pesquisa até o alfabeto grego ou o fenício. Levando em conta, entretanto, que os atuais alfabetos ocidentais derivaram da fórma latina, é neste ponto que iniciaremos o nosso estudo.

O alfabeto latino provêio do grego e constava de apenas 21 letras, sendo o X a última delas. As letras J e U não existiam. O I representava os sons de I e J; e o V os sons de U e V. Pela época de Cícero (106 a 46 A.C.) a introdução de várias palavras gregas tornou necessária a adoção das letras Y e Z, o que elevou a 23 o número de símbolos literais do alfabeto. Só mais tarde é que êsse número passa a 25, quando da criação do U e do J. Os mais antigos documentos latinos de que se tem notícia apresentam as letras todas de tamanho idêntico. E como tais letras foram, posteriormente, usadas apenas no início das frases, ou na parte superior dos escritos, intitularam-se *capitais* (de *caput, capitis* = cabeça). No desenho das letras capitais, as linhas verticais faziam ângulo reto com as horizontais, razão pela qual êsse tipo de escrita é hoje intitulado de escrita *capital quadrada.* Era, outrossim, cópia fiel do tipo de escrita usada nos monumentos e nos dísticos escavados na pedra. Daí o ser conhecida, também, pelo nome de escrita *capital quadrada lapidária.*

Exemplo de escrita capital quadrada:

(fig. 8)

A fórma dessas letras, como se vê, não mais mudou. Para as nossas maiúsculas hodiernas, que chamamos "tipo de imprensa", são ainda as antigas capitais quadradas latinas que vigoram. Existem nos museus europeus muitos exemplares de papiros e, principalmente, pergaminhos escritos com a caligrafia capital quadrada, todos êles com datas que se podem situar entre os séculos 2.º A.C. e 3.º D.C. De notar-se, entretanto, que os escribas, buscando escrever mais correntemente, começaram insensivelmente a alterar os caracteres da capital quadrada, encurvando os traços e desobedecendo à precisão do encontro de linhas em ângulos retos. Resultou daí uma escrita que se denominou *capital rústica*. Ex.:

(Testaturque deos iterum se ad proelia cogi)

(fig. 9)

O tracejado já não tão rígido indica por certo a tendência ao arredondamento dos tipos. E é isso que se vem a dar, efetivamente, produzindo em resultado, já por volta do 4.º ou 5.º século cristão, uma escrita que se intitulou *uncial*, em virtude — supõe-se — de o arredondamento de certas le-

tras se assemelhar à unha (*ungula*, em latim) (1). Há quem creia, também, que tal nome derive de *uncia* (= polegar), havendo nesse caso alusão ao tamanho excessivamente grande dêsse tipo de letras, nos manuscritos. Ex.:

PATRESUMMO

(fig. 10)

Os autores costumam realçar o fato de que, afóra o arredondamento das letras, a escrita uncial é ainda quase totalmente formada de maiúsculas, provenientes da capital rústica. Fazem exceção o *h* e o *q*, com hastes acima e abaixo do lineamento geral, hastes que indicam pertencerem tais letras já a uma fórma minúscula. Realmente *características* da escrita uncial são apenas as letras *a*, *d*, *e* e *m*:

a d e m

(fig. 11)

É na escrita uncial que se começa a observar a influência da *escrita cursiva*. Chama-se *cursiva* a escrita corrente, que hoje diríamos "manuscrita", em contraposição à "de fôrma". A capital quadrada, a capital rústica e a uncial eram usadas para os documentos importantes e para a cópia de livros. Constituiriam a letra "de fôrma", da época. A cursiva era a comumente empregada em documentos de menor importância, cartas, notas, etc. Terá sido do cursivo que a escrita uncial retirou o seu e. E é fácil compreender qual

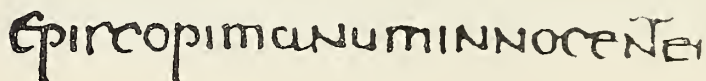
---

(1) Tratando da escrita uncial, E. M. Thompson, em sua "Paleografia", diz: "As palavras de S. Jerónimo, tantas vezes citadas "uncialibus, ut vulgo aiunt, litteris" no prefácio do livro de Jó, jamais foram completamente explicadas. Não há nenhuma dúvida com respeito à fórma da escrita *uncial*, mas a etimologia da palavra é desconhecida".

o caminho seguido, através dos tempos, pelo antigo E capital, em virtude do desejo dos copistas de escrever mais depressa:

(fig. 12)

Também se pode retraçar a passagem do H maiúsculo até o uncial e o minúsculo cursivo:

(fig. 13)

E o mesmo com a letra A:

(fig. 14)

Os mais antigos documentos escritos em tipo uncial devem situar-se por volta do 4.º século D.C. E a escrita uncial se manteve em uso até o século 8.º de nossa era. Convém notar que nem sempre os documentos foram desenhados em estilo puro. É muito comum encontrarem-se páginas nas quais, de mistura com o uncial, o copista entrosou letras do tipo capital. Além disso, com o tempo, o cursivo vai cada vez mais influenciando a escrita que diríamos "documental" ou "livresca", por serem usadas nos documentos e livros. E começa a surgir, a partir do 5.º ou 6.º século cristão um tipo que já não era uncial, mas ainda não era cursivo. Êsse tipo

de escrita se denominou *semi-uncial.* E foi muito usado principalmente para anotações marginais ou interlineares, em virtude de poder traçar-se em caracteres menores. De certo modo, para a adoção dêste tipo de letra influia também a crescente dificuldade na obtenção de matéria base da escrita: papiro ou pergaminho. Escrevendo com letra menor o copista aproveitava mais o material de que dispunha:

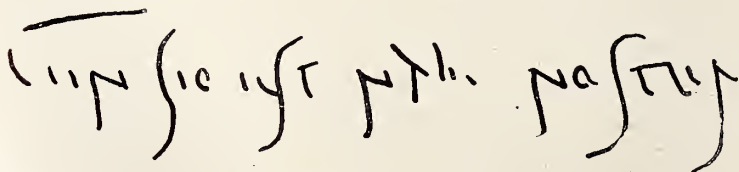
(fig. 15)

A partir do 8.º século começam a surgir tipos caligráficos a que se convencionou chamar *nacionais*, embora todos derivados da escrita latina. Os museus e arquivos europeus guardam enorme cópia de documentos com a classificação de escritas merovíngia, longobárdica, visigótica, irlandesa, inglesa, pontifícia, etc. Tôdas elas de maior importância local que geral, considerando que os países, na época, buscavam isolar-se uns dos outros. Importante, entretanto, foi o renascimento das letras sob o reinado de Carlos Magno. Êste renascimento trouxe consigo uma reforma na caligrafia, surgindo então a chamada *minúscula carolina* ou *carolingia* (de *Carolus* = Carlos) que grandemente influenciou as demais escritas nacionais. Considerada elegante, adotou fórmas simples e, de certo modo, graciosas; e foi aos poucos sendo adotada gradualmente ao ponto de alijar as demais escritas. É o tipo carolíngio que, com pequenas variações, subsiste valentemente como escrita "livresca" ou "documental" até a criação da imprensa. A sua variante principal foi a escrita gótica, que surgiu por volta do século XII.

Exemplo de escrita carolíngia:

quaererediuinumcogiturauxilium

(quaerere divinum cogitur auxilium)

(fig. 16)

Exemplo de escrita gótica:

Prauus hō uitabit

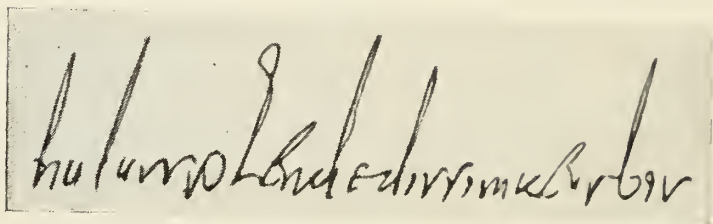
(Pravus *homo* vitabit)

(fig. 17)

Quanto à escrita *cursiva,* não se pode dizer que tenha formado tipos. A mão mais ou menos prática do copista, ou a sua fantasia, podiam alterar grandemente a escrita. Além disso, o cursivo naturalmente se foi modificando conforme o material da escrita. Quando os documentos tinham por base uma táboa, e o tracejado era feito a estilete, era forçoso que a fórma fosse mais geométrica, os ângulos firmes. Passando para o papiro e, mais tarde, para o pergaminho, traçadas as letras com uma pena de ave, as linhas naturalmente vão tomando fórmas curvas, os ângulos vão desaparecendo e surge a tendência para as ligaduras. Apenas para esclarecer nosso pensamento, vejamos um exemplo de cursiva romana, do Séc. I —:

(Censiest nam noster)

(fig. 18)

As letras são bem separadas, os traços não têm flexibilidade. Já no século VI as letras são mais unidas, o tracejado é quase todo curvilíneo:

(huius splendedissimae urbis)

(fig. 19)

Finalmente no século XVI todas as letras são ligadas:

(fig. 20)

Os manuscritos apresentavam fórmas variadas para cada letra, de modo que só a prática do paleógrafo os pode decifrar. Estudaremos mais adiante, ao tratarmos das dificuldades da leitura paleográfica, vários exemplos de cursivo.

Cabe aqui uma nota a respeito do comprimento das frases, nos livros antigos. Como os copistas fossem pagos por linha, fácil era o cálculo do preço quando se tratava de versos. Copiando trabalhos em prosa, todavia, cada escriba podia distribuir as letras de modo a obter um maior rendimento. Para evitar êsse perigo estabeleceu-se o uso de serem os trabalhos copiados tomando por base o comprimento de um verso homérico de tamanho médio. Isso equivalia a aproximadamente 36 letras, ou seja, mais ou menos 16 sílabas. As linhas escritas dentro dessa medida eram chamadas

versus ou, em grego, *stichoi*, donde a denominação de *esticometria* a tal sistema de medida. Muitos escribas costumavam numerar os *stichoi* ou *versus* afim de facilitar a contagem final para efeito de pagamento do trabalho. Os copistas posteriores, ao re-copiarem a obra, já não se preocupavam em medir as linhas. Copiavam o texto livremente, acrescentando apenas, nos devidos lugares, os números já empregados pelo escriba do original. Tal numeração, além dêsse lado prático, oferecia ainda a vantagem de permitir a citação precisa do texto: os capítulos do livro ficavam divididos em *versus*.

Até hoje certos livros clássicos conservam tal sistema de numeração. A Bíblia é um exemplo disso, dividida que é em livros, capítulos e *versículos*. Mais tarde, os escribas passaram a numerar os *versus* apenas de dez em dez ou de cem em cem. As poesias passaram a ter numeradas apenas as estrofes, desde que todas tivessem o mesmo número de versos. Com a imprensa, afastado o trabalho manual do copista, ficou também afastada a necessidade da numeração das linhas. Hoje, as citações se fazem através da numeração das páginas, indicando-se a edição da obra.

IV

MATERIAL USADO NA ESCRITA

No desejo de transmitir a outrem suas idéias, o homem utilizou-se a princípio dos materiais que pôde encontrar mais à mão. Já vimos, mesmo, que o barro deve ter sido o primeiro material de que se valeu. Só com o tempo é que foi descobrindo, ou criando, materiais outros com o mesmo fim.

Estudando êsses materiais, entretanto, verificamos caberem êles em duas classes principais: o material destinado a *permanecer*, a conservar a idéia exposta, e o material que se poderia considerar acessório, cuja permanência não entra em linha de conta — o que servia para *gravar* a idéia. O primeiro dêles poderemos intitular de *base* da escrita; o segundo será o *impressor* da escrita.

Tendo em vista que os três reinos da natureza foram utilizados pelo homem na transmissão de suas idéias, englobemos num quadro sinótico, para facilidade de estudo, todos os materiais que serviram para a escrita:

MATERIAL DA ESCRITA

- 1 — MATERIAL *BASE*
  - Argila, barro
  - Terracota, tijolos
  - Fôlhas
  - Osso, marfim
  - Pedras, mármore
  - Metais
    - Preciosos
    - Não preciosos
  - Linho
  - Tabuinhas enceradas
  - Couro
  - Papiro
  - Pergaminho
  - Papel
- 2 — MATERIAL *IMPRESSOR*
  - a) Instrumentos
    - *Graphium* (estilete)
    - Cálamo
    - Pincel
    - Grafite (desde o Séc. XI)
    - Pena de ave
    - Pena metálica
    - Caneta tinteiro
    - Caneta esferográfica
  - b) Tintas
    - Preta
    - Vermelha
    - Outras côres
    - Crisografia

1 — *Material base*

Como se vê por essa chave, foi com a argila — como se supõe — que o homem iniciou a descoberta de materiais para a escrita ou mesmo a descoberta da possibilidade de transmissão da sua idéia. A tradição bíblica de que o homem foi feito de barro é, de certo modo, simbólica: teria sido na argila que o espírito humano primeiramente deixou uma impressão definitiva. No barro são deixadas as primeiras manifestações do *homo sapiens* voluntária, expressamente feitas para seus semelhantes. Um machado de silex abandonado numa caverna é algo casual, meramente acidental e não deliberadamente deixado pelo homem para marcar a sua passagem pelo lugar. Ao passo que os desenhos que fazia na argila já têm essa finalidade. Já constituem o embrião da idéia de se fazer notado pelos semelhantes ou pelos pósteros.

Assim começou o homem a usar o barro, retirando uma parcela dêle do local onde o encontrasse para fazer os seus desenhos. Dentro em breve, porém, foi verificando certas alterações na argila utilizada. Por exemplo: assim que transferisse para ela um sinal ou desenho, deixando-a no interior de sua caverna, aquele pedaço de argila secava. Observou que o barro sêco mantinha por mais tempo o desenho efetuado, apesar das rachaduras produzidas pela secagem. É evidente que lhe surgiu logo no cérebro a idéia de procurar a secagem de toda a argila na qual tivesse desenhado algo. Talvez por casualidade, terá deixado algum pedaço de barro ao sol. Verificou assim que o sol secava mais ràpidamente a massa e lhe dava um endurecimento maior. O homem primitivo terá dêsse modo descoberto o cosimento, ao sol, da argila. Só muito mais tarde é que veio a descobrir o que hoje chamamos *terracota*, ou seja, terra cosida: depois da descoberta do fogo, é claro. Terá descoberto que o barro cosido ao fogo, ou ao forno, obtinha uma dureza muito maior.

Assim, pois, é lentamente, por experiências acidentais ou provocadas, que o homem vai adicionando ao seu cabedal novos materiais de escrita.

As fôlhas de árvore foram também utilizadas como material base para a escrita. Não constituem elas matéria de grande resistência ao tempo. Mas foi encontrado no Nepal um manuscrito em fôlhas, com várias centenas de anos. Até hoje alguns povos orientais costumam gravar em fôlhas de palmeiras alguns de seus sortilégios e orações.

Das fôlhas terá o homem passado ao uso da casca destacável das árvores. Os desenhos eram feitos pelo lado interno, no liber, porquanto o lado externo é normalmente rústico. Do nome latino *liber* derivou o português *livro*.

Depois disso, começou o homem a experimentar também materiais mais resistentes, mais duros. O homem das cavernas, nas suas lutas contra as feras afim de obter alimento, observava que, após nutrir-se com carne do animal abatido, ficava de posse dos ossos. Os ossos lhe serviram para muitas utilidades. Utilizaram-nos como armas (punhais, tacapes, ponta de flexas), transformaram-nos em instrumentos (agulhas, espetos, flautas), usaram-nos à guisa de totens (caveiras, tíbias cruzadas), aplicaram-nos mesmo como enfeites (batoques, penduricalhos, como indígenas da África ou de certas ilhas do Pacífico ainda usam). E resolveram também fazer a experiência de representar suas idéias sôbre os ossos. Não importa que fossem ossos chatos ou cilíndricos, pois ambos serviam igualmente. E nêles rabiscavam. Provàvelmente com qualquer pedaço de silex de ponta aguçada.

Posteriormente verificaram que podiam riscar nas pedras soltas, ou nas existentes no fundo de suas covas. E essa a razão pela qual hoje se encontram, nas paredes das cavernas remanescentes dos períodos paleo e neolítico, desenhos feitos pelo homem dessas épocas.

Mais tarde as civilizações que chegaram a criar sistemas de escrita buscaram materiais outros sôbre que pudessem deixar gravadas suas idéias.

Na antiga civilização egípcia o homem usou o linho, como base para a escrita. Encontraram-se múmias envoltas em tiras de pano, nas quais havia desenhos pintados.

Os assírios escreveram em tijolos de terracota empregando o alfabeto cuneiforme. Mas êsse material era excessivamente pesado. Não podia ser fàcilmente transportado.

Em face disso, é natural que o homem procurasse descobrir bases de escrita, ou seja, materiais sôbre os quais escrevesse, mas que fossem de fácil obtenção e relativamente leves, de maneira que a idéia nêles impressa pudesse ser transportada para outro lugar com facilidade. Se o homem já tinha escrito em folhas e cascas de árvores, o passo seguinte era quase lógico: a utilização da própria madeira da árvore, talhada em pedaços o menos espêssos possível. E sôbre êsses pedaços experimentou escrever com qualquer instrumento duro de extremidade aguçada.

É quando entra em cena o *graphium,* ou estilete.

A gravação com estilete sôbre a madeira, não só demanda certo esfôrço físico, como não permite grande precisão no traço, tornando a escrita imperfeita. Alguma pessoa terá tido a idéia de cobrir a madeira com outra matéria qualquer, mais fàcilmente gravável. Nossos pósteros terão experimentado, quiçá, até mesmo o próprio barro, em camada pouco espêssa espalhada sôbre a madeira. Que outras tentativas terão feito, não poderemos saber. Mas tê-las-ão feito inúmeras, por certo. Até que alguém descobriu que podia dar às chapas de madeira um banho de cêra. Cêra comum, cêra de abelhas. E foi assim que surgiram as "tabuinhas enceradas". Os latinos as chamavam *tabulae* ou *tabellae ceratae.* Em grego: *deltos, deltion* ou *deltidion.* Interessante

notar que as tabuinhas enceradas foram de uso comum durante muito tempo e usadas extensivamente.

Quando o texto que se desejasse escrever não coubesse numa só tabuinha, juntavam-se duas ou mais delas formando uma espécie de volume, costumando-se ligá-las pelas bordas, como hoje fazemos com as páginas dos livros. Quando duas tabuinhas enceradas eram assim unidas, eram intituladas de *díptica*. Se fossem três, *tríptica*. Quatro ou mais, *políptica*.

Segundo parece, a *tríptica* deve ter sido a forma de uso mais comum das tabuinhas enceradas. Segundo alguns autores, as tabuinhas enceradas foram usadas para os serviços ordinários da vida, para contas, cartas, apontamentos, exercícios escolares, etc. e foram utilizadas até uma época relativamente recente. Ao que parece, até mesmo nos séculos XI ou XII da era atual ainda tiveram aplicação.

Entre os romanos o marfim foi algumas vezes empregado em lugar das tabuinhas enceradas. Sendo que, neste caso, lavores esmeradíssimos eram esculpidos sôbre o material que, assim valorizado, se conservou para os tempos atuais.

Também os metais foram experimentados como base para a escrita: e não só os preciosos, como o ouro e a prata, como também os não-preciosos, como o cobre, o chumbo, o estanho ou ligas (bronze, p. ex.). Êste tipo de base de escrita apresentava os mesmos inconvenientes que já vimos em outros: pêso excessivo e dificuldade de ser esculpido. Além da dificuldade de obtenção ou preço oneroso. Razões por que foi abandonado.

Dos documentos escritos em ouro e em prata, em virtude do seu valor como metais nobres, poucos restaram. Terão sido fundidos e transformados em jóias ou moedas. São mais comuns, nos museus epigráficos europeus, os documentos escritos em chumbo e bronze.

Paralelamente ao uso das tabuinhas enceradas, de extensa aplicação no continente europeu, desenvolveu-se ao Sul do Mediterrâneo — no Egito — um outro material base para a escrita: o papiro.

O papiro era feito com o caule de uma planta (*Cyperus papyrus*) que crescia às margens do Nilo, na região do Delta e hoje ainda existente na Núbia e na Abissínia. O *Cyperus papyrus* é uma espécie de junco, cuja haste alcança cêrca de dois metros de altura e é coroada por elegante umbela.

Não se sabe, com precisão, como era feito o papiro. A única noção que se tem é a dada, de modo mais ou menos obscuro, por Plínio. Segundo a descrição por êle feita, parece que o método de fabricação era relativamente simples. Cortada a planta, dela se separava a haste. Esta era desfeita (após se lhe extrair a casca) por intermédio de um instrumento cortante, em lâminas longitudinais muito finas chamadas *philyrae* ou *scissurae*. Várias *philyrae* eram postas lado a lado sôbre uma prancha inclinada até alcançarem a largura desejada. Umedecia-se tudo com a água lodosa do Nilo. Transversalmente, colocava-se nova camada de *philyrae* e se submetia o conjunto a uma prensa. Após isso, secava-se ao sol, raspava-se com carapaças ásperas de moluscos as irregularidades do lado em que se ia escrever e alisava-se com uma espátula de marfim. Estava pronta a *plagula,* ou página, de papiro.

Na utilização do papiro é evidente que, às vezes, o assunto exposto poderia demandar mais que o espaço oferecido por uma só *plagula.* Nesse caso, eram reunidas duas ou mais. Surgia aí uma dificuldade: como manusear o todo formado pelas várias *plagulae?* E a questão foi solucionada mediante o enrolamento do papiro, para o que eram adicionados bastões cilíndricos, de madeira ou osso, às duas extremidades. Cada bastão intitulava-se, em latim, *umbilicus* e

sua finalidade, afora a de facilitar o enrolamento do papiro, era proteger êste material, sabidamente frágil. Nenhum *umbilicus* chegou até nós, mas aparecem em desenhos da época.

Do Egito, o uso do papiro expandiu-se por todo o mundo ocidental. Não há documentação a respeito mas, ao que parece, foi introduzido na Europa por volta do século III de nossa era.

Várias eram as vantagens que o papiro apresentava sôbre as tabuinhas enceradas: 1.º — mais leve que as *tabellae;* 2.º — mais fàcilmente manuseável; 3.º — de mais fácil escrita (pena em vez do estilete); 4.º — de melhor legibilidade (tinta escura sôbre fundo claro). Nada mais natural, portanto, que as tabuinhas enceradas fossem, aos poucos, caindo em desuso ao ponto de, mais ou menos pelo século XIV D.C., terem sido completamente abandonadas.

O papiro contudo, sendo importado do Egito, ficava caro. Era de difícil obtenção. Houve, então, tentativas no sentido de transplantar o seu cultivo para a Europa. Consta que um viajante árabe, lá pelos fins do século X, teria visto luxuriantes plantações de papiro nas vizinhanças de Palermo. Mas tal cultura, já por volta do século XV, com a drenagem dos rios e pântanos da ilha, desapareceu completamente.

Um outro material que também foi usado durante algum tempo foi o couro. É claro que, abatido um animal e não comida a parte externa, ou seja, a sua pele grossa, servia ela como base para a fixação do pensamento humano. Mas o homem não tinha conseguido ainda meios de preservar convenientemente o couro. De modo que êste ressecava ou apodrecia. Se ressecava, partia-se; se apodrecia, não convinha tê-lo guardado por motivos óbvios. Mas aos poucos, não se sabe como, terá o homem descoberto os meios de conservar êsse material, terá descoberto o tanino, extraindo-o

de frutos, de cascas de árvore, de nozes, e terá ido, aos poucos também, melhorando o processo de conservação das peles: o curtimento. Entretanto, já por êsse tempo o papiro havia tomado o lugar de material precípuo na escrita e consequentemente o homem abandonou as tentativas de escrever em couro.

Acontece porém que, pelos arredores do ano 200 A.C., Ptolomeu, rei do Egito, com ciúmes da sua biblioteca de Alexandria, e temendo que outras bibliotecas lhe pudessem fazer sombra, resolveu proibir a exportação de papiros do Egito para a Europa. Diz a lenda, ou história, que em Pérgamo, o rei da época, Eumene II, decidiu descobrir um substituto para o papiro, que não era mais importado. E através de seus sábios ou pessoalmente — não se póde saber ao certo (2) — terá descoberto o meio de conservar couros finos, criando assim o *pergaminho* (de Pérgamo). O pergaminho aos poucos consegue alijar o papiro como material básico da escrita, em virtude das vantagens que apresentava sôbre o papiro:

1.ª — O pergaminho resistia mais ao manuseio constante do que o papiro. Êste, com a repetição do ato de enrolar-se e desenrolar-se acabava partindo-se ou esfoliando-se, o que não se dava com o pergaminho;

2.ª — O pergaminho era mais resistente ao tempo e às intempéries. A umidade, embora pudesse fazer deteriorar a escrita e auxiliar o ataque dos fungos à matéria base, era no entanto muito menos prejudicial ao pergaminho que ao papiro;

3.ª — O pergaminho podia ser usado por ambas as suas faces, redundando isto numa economia de espaço. Um tex-

(2) "Não é exato que o pergaminho fosse inventado em Pergamo porquanto o hábito de escrever sôbre peles de animais era já antigo na Pérsia e na Jônia", S. Reinach — Manuel de Philologie Classique - Vol. 1, pág. 41, nota 1.

to que demandasse dois metros de papiro poderia ser escrito nos dois lados de um só metro de pergaminho;

4.ª — O pergaminho podia ser reaproveitado. Um texto julgado já inútil era raspado e, sôbre êle, reescrevia-se. Um pergaminho assim re-utilizado intitulava-se *palimpsesto* (em grego: escrito de novo) ou *codex rescriptus*.

A manufatura do pergaminho desenvolveu-se por toda a Europa. E os fabricantes dêsse material foram descobrindo meios de cada vez melhorá-lo. Os pergaminhos de melhor qualidade eram os fabricados com pele de carneiro. E, entre êstes, havia ainda os chamados "pergaminhos *non-natos*", finíssimos, para cuja fabricação era usada a pele de carneirinhos ainda não nascidos, ou recem-nascidos.

Depois, tal como aconteceu com o papiro, que foi sendo alijado à medida que o pergaminho se firmava, também o pergaminho começou a desaparecer por volta do século 15, para dar lugar a novo elemento: o papel (3).

O papel, segundo se diz, foi descoberto na China e de lá trazido por viajantes para o mundo ocidental. Nos seus primórdios, o papel era fabricado de trapos. Só mais tarde é que se vem a descobrir o processo de aproveitamento da polpa dos vegetais, isto é, da celulose. Era natural que o papel afastasse o pergaminho pois que, ao lado das mesmas qualidades dêste, era-lhe superior em vários pontos:

1.º — O papel é mais leve que o pergaminho;

2.º — É menos espêsso que o pergaminho, de modo que os livros são menos volumosos e melhor manuseáveis;

3.º — Pode ser fabricado em todas as espessuras, tamanhos e côres que se desejarem;

4.º — A matéria prima para a fabricação do papel é de muito mais simples obtenção;

---

(3) Ao que parece, a primeira fábrica européia de papel, segundo o método chinês, foi fundada em Fabriano (Itália) no ano de 1340.

5.º — É mais fàcilmente costurável que o pergaminho; e a cola (quer a vegetal, quer a animal) adere melhor ao papel.

Além do mais, com a descoberta da imprensa, verificou-se que o papel se adaptava melhor ao trabalho em série. As máquinas necessitavam sempre de um material estandardizado, de tamanho e espessura fixos, o que não podia dar-se com o pergaminho, pois êste tinha sempre as dimensões do animal que lhe tivesse dado origem.

Assim é que o papel vai alijando o pergaminho. Êste entretanto manteve-se em uso durante muito tempo, considerado como um material mais elegante, mais nobre. Tanto assim é que as bulas papais (4), até há bem pouco tempo, ainda eram escritas em pergaminho. Diz-se mesmo que as bulas continuam sendo escritas em pergaminho até hoje. Acontece porém que já não se trata mais do pergaminho verdadeiro, ou seja, extraído de carneiro, mas, de pergaminho vegetal. Êste pergaminho vegetal não passa de papel, que sofre processos especiais, transformando-se em similar do vero pergaminho.

O pergaminho foi igualmente usado, durante muito tempo, para a feitura de diplomas. Até hoje se costuma dizer que um homem, quando completa um curso e obtém o documento comprobatório disso, "tem pergaminho". Hoje, todavia, os diplomas não mais são feitos em pergaminho e, sim, em papel: papel grosso, cartolina de boa qualidade ou, no máximo, pergaminho vegetal.

Convém agora lembrarmos a questão referente à forma dos livros.

---

(4) Denominação originária de *bulla* = bola. As cartas e instruções papais eram autenticadas com um sinete de chumbo, em fórma de bola, e que era aposto diretamente no pergaminho ou prêso a um fio pendente.

Ao escrever em fôlhas, em ossos ou na pedra, o homem usou tais materiais com a forma que lhes deu a mãe natura. Com relação ao barro já o mesmo não acontece. O *homo sapiens* pode dar-lhe um formato a seu bel prazer. Opta, naturalmente, pela forma paralelepipédica, modelando tijolos de argila, que põe a secar. Os assírios deixaram documentada sua história (através do alfabeto cuneiforme) em placas argilosas, em cilindros e em tijolos prismáticos, de base hexagonal ou octogonal. Os metais também permitem ao homem a adoção de formas ad-libitum. Mas êle se decide normalmente pelo formato plano, dispondo os metais em placas ou chapas de espessura e dimensões variáveis.

As bases da escrita começam a fixar-se em formas definitivas a partir das tabuinhas enceradas. Já falámos que estas eram, muitas vezes, reunidas em grupos de duas, três ou mais, através de ligaduras feitas numa das bordas. Era costume, também, deixar pendente a ponta do fio da ligadura e, neste, prender um pedaço de couro ou madeira, no qual se dava uma indicação do que existia escrito naquele volume. O fio pendente assemelhava-se a uma cauda. Daí a denominação que os volumes assim caudados receberam de *caudex* ou *codex*. E essa razão do nome *códice* que se dá hoje aos volumes antigos, ainda mesmo quando não feitos de *tabellae ceratae*.

O papiro não acompanhou o sistema usado nas tabuinhas enceradas, como sabemos. Para êle foi adotada a fórma cilíndrica, em rolo. Lia-se um papiro desenrolando-o de um dos *umbilicus* e, ao mesmo tempo, enrolando-o no outro. Dizia-se *volvere* e *evolvere* ou *plicare* e *explicare* para a ação de enrolar e desenrolar o papiro para a leitura. *Rotulus explicitus* equivalia a rolo lido. Daí dizer-se, por extensão, quando o texto é fàcilmente compreensível, que o mesmo é explícito. Também se usam os termos *explicar* uma

lição, *desenvolver* um tema, lembranças evidentes do *explicare* e do *evolvere* latinos.

Quando surgiram os pergaminhos, seus utilizadores iniciais não se decidiram de imediato quanto à fórma a lhes ser dada. Encontram-se pergaminhos, datando dos primeiros tempos de sua aplicação, quer sob o formato de rolo, como os papiros, quer sob o formato de códices, como as *tabeliae*. Considerando que, ao contrário do papiro, o pergaminho permitia a escrita sôbre ambas as suas faces, era evidente que a fórma de *codex* apresentava maior facilidade para leitura. Consequentemente, foi o sistema que acabou vigorando e que se transmitiu, mais tarde, para o papel. Os nossos livros atuais são os herdeiros, pois, da fórma iniciada com as antigas *tabullae ceratae*.

Pormenor interessante, também, é o que diz respeito às dimensões dos volumes em pergaminho. Êste não podia ter medidas precisas porquanto dependia do tamanho do animal de que fosse originário. Para facilitar o manusêio, dobravam-no em dois e isso se chamava um *folium*. O assunto a escrever-se podia exigir mais de um *folium* e, nesse caso, vários eram reunidos e costurados pela dobra, formando volumes de duas ou mais *folia*. Razão por que dizemos atualmente que os nossos livros têm *fôlhas*. Quando o volume se compunha de duas *folia* intitulava-se *binio*. Se de três *folia, ternio;* quatro, *quaternio;* cinco, *quinternio;* e assim por diante. Os mais comuns foram os *quaternios*, que deram origem aos nossos *cadernos*. As *folia* reunidas davam em resultado volumes — chamados *in-folium* — de grandes dimensões. Para maior manuseabilidade, dobravam por vezes cada *folium* ao meio. Ora, se êste já possuia uma dobra, ou seja, duas lâminas, da segunda dobra resultavam quatro. Os livros assim feitos chamavam-se, então, *in-quarto*. Se nova dobra era efetuada com o fim de tornar menor o volume, tinham-se então os códices *in-octavo*. Os editores da atuali-

dade conservaram tais denominações para os livros de papel. Quando dizem que um volume é *in-quarto*, *in-octavo* ou *in-dezesseis* (avos), estão referindo-se ao número de fôlhas de livro que cada lâmina de papel, tal como veio da fábrica, produziu.

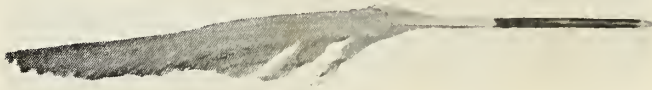
2 — *Material impressor.*

a) *Instrumentos*

É claro que quando o homem começou a utilizar-se do barro, ou das tabuinhas enceradas, só poderia escrever sôbre êsses materiais, ou desenhar sôbre êles, usando algo de ponta dura porquanto, não fôra assim, não conseguiria *gravar* o que desejava. E é assim que surge o *graphium*, ou estilete, com o qual o homem traçou seus primeiros desenhos ou, mais tarde, as letras. Descobrindo entretanto o papiro como material de escrita, verificou que o estilete perdera sua utilidade. Não era possível escrever com o *graphium* sôbre ũa matéria macia, delicada, como era o papiro. Consequentemente, teve de criar um instrumento diferente. Terá experimentado o pincel, a princípio, mesmo porque o pincel já servira, por certo, como instrumento de escrita dos antigos egípcios, quando traçavam seus desenhos primitivos sôbre o linho que envolvia as múmias.

Mas o homem precisava encontrar um instrumento de mais fácil obtenção e de mais simples manufatura que o pincel. Além disso, sôbre o papiro, a escrita tinha de ser feita com um material qualquer que deixasse impresso o desenho: a tinta, portanto. O instrumento devia ser, pois, não só o gravador da escrita mas também, ao mesmo tempo, o transportador da tinta. Surge então o *cálamo*. O cálamo era nada mais nem menos do que um caniço, espécie de junco, cuja ponta era recortada em bisel. Mergulhado na tinta, conservava na sua parte interna, por capilaridade, uma pe-

quena quantidade dela. E era assim que a tinta, ao passar-se a ponta do caniço, ou cálamo, sôbre o papiro, escorria para êste deixando marcada a impressão escrita.

Mais tarde, é descoberto algo também de fácil obtenção, e de maior duração que o cálamo, e que vem a ser a pena das aves. Aves existiam em quantidade e em qualquer lugar. As penas maiores podiam ser recortadas da mesma fórma que o caniço, dêsse modo servindo de instrumento para a escrita. Certo é que, com o tempo, criaram-se processos de melhoramento dessas penas de ave, dando-lhes banhos de água fervente, ou mesmo fazendo-as receber uma espécie de têmpera, ao fogo ou dentro de um forno, de maneira que ela se tornasse mais dura. Tal como hoje fazem os nossos caipiras com os chifres de boi para lhes dar fórmas bizarras. A pena, como se sabe, é ũa matéria córnea, semelhante ao chifre.

Pena de ave, usada para escrever
(fig. 21)

A pena de ave prolongou seu uso até quase os dias atuais, porquanto, se ela servia para o papiro, serviu também para o pergaminho e para o papel. Todas estas bases eram matérias delicadas, de modo que a pena, também delicada, deslizava sôbre elas sem as rasgar. Apenas há cêrca de um século é que a pena de ave foi sendo substituida pelo instrumento metálico que, por semelhança, se veio intitular também de pena: a pena metálica.

Hoje, as penas de metal alcançaram um estado de aperfeiçoamento tão grande ao ponto de existirem penas espe-

cializadas para cada tarefa: penas para desenho, para letreiros, para escritas de vários tipos e grossuras.

Já pelo dealbar dêste século começou a ter grande uso a caneta-tinteiro, que não passa de um tipo especial de pena metálica, considerando-se o instrumento de escrita pròpriamente dito. O seu suporte, ou seja, a caneta é que passou por um aperfeiçoamento que a torna não mais um simples cabo para a pena, mas ao mesmo tempo um recipiente para a tinta. Quase poderíamos dizer que a caneta-tinteiro é um cálamo modernizado porque, como o cálamo, transporta tinta no seu interior e a distribue por capilaridade pelo papel, à medida que a pena sôbre êle desliza.

Hoje, finalmente, e por sinal de mui recente entrada no mercado, temos a caneta esferográfica. Esta, em síntese, constitui-se apenas de um tubo, carregado de tinta pastosa, à extremidade do qual se adapta uma minúscula esfera metálica. Deslizando o aparêlho sôbre o papel, a esferazinha vai girando em seu receptáculo, dêsse modo transportando a tinta do tubo para o papel.

A caneta esferográfica tem suas vantagens e desvantagens. Por enquanto os nossos tabeliães não reconhecem as firmas feitas com canetas esferográficas, em virtude de que estas não dão *talhe* às letras. E como o talhe é um dos característicos mais importantes e *pessoais* da escrita, a caneta esferográfica reduz as possibilidades de *individuação* das letras e firmas. Em todo o caso, como é um instrumento que se poderia considerar mais prático que a caneta-tinteiro ou a pena comum pela simplicidade da fabricação, preço módico e por possibilitar as cópias a carbono, virá a ter, talvez, um uso muito mais extenso do que a pena, ou a própria caneta-tinteiro atual. Só o futuro nos poderá dizer algo a respeito.

É possível, entretanto, que a esferográfica venha a ter o mesmo destino das chamadas "penas japonesas", que eram

estiletes cônicos, geralmente de vidro, com uma série de canaletas ao seu redor, convergindo para a extremidade. Eram "penas" que, como a esferográfica, também não produziam talhe. São hoje quase desconhecidas, pelo menos entre nós. A atual geração talvez nem tenha, jamais, ouvido falar em "penas japonesas".

Os estudiosos de paleografia acham às vezes curioso o fato de os trabalhos da especialidade aludirem quase que exclusivamente à história da pena, parecendo esquecer o nosso muito útil e comuníssimo lápis.

Mas, o lápis também teve o seu lugar. A grafite, ou a mina de chumbo, foi usada mais ou menos desde o século XI da nossa era. Descobriu-se que seu uso se iniciou com o tracejado das pautas para sôbre estas a pena poder escrever em linhas retas.

Nenhum documento importante, entretanto, foi escrito com a grafite. Isso porque esta é fàcilmente apagada. Dêsse modo, quanto mais importante fôsse um documento, corria maior risco de ser alterado ou de desaparecer. Essa a razão por que a escrita a lápis é menos considerada.

Hoje a manufatura do lápis se encontra muito aperfeiçoada. As fábricas produzem-no aos milhões. Na sua fabricação, entretanto, não mais se usa a grafite pura e, sim, ũa massa especial que forma a chamada *mina* dos lápis.

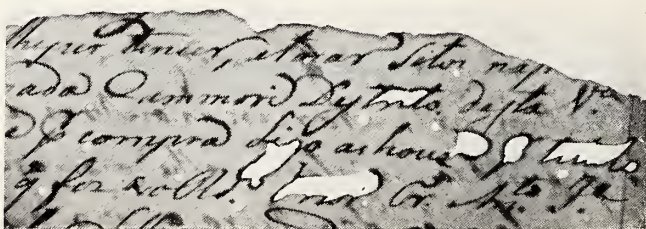
Por vezes, principalmente no que se refere aos lápis-de-côr, a massa nem ao menos contém grafite e, sim, uma mistura de diferentes materiais corantes para uso pelos desenhistas.

É interessante notar que, de certo modo, poderíamos considerar a caneta esferográfica como um meio têrmo entre o lápis e a caneta-tinteiro. Porque, se bem que escreva com tinta (embora uma tinta especial), tem a mesma facilidade de escrita do lápis, e, como êste, permite cópias a carbono e não deixa talhe.

b) *Tintas.*

As tintas mais antigas de que se tem conhecimento são pretas ou vermelhas. A tinta preta se encontra entre os mais antigos documentos egípcios, da mesma fórma que os pergaminhos mais remotos também possuem texto escrito com essa côr.

O processo de fabricação da tinta preta variava muito. Mas parece que o sistema preferivelmente usado era o de juntar negro-de-fumo (fuligem) a gordura dissolvida. Adicionavam-lhe por vezes uma pequena quantidade de vinagre, de modo a afastar os insetos que se pudessem interessar pela gordura. Os romanos usaram também a secreção de certos moluscos — as cibas. A escrita produzida por esta secreção, entretanto, não era completamente negra. Tinha uma tonalidade diluida que hoje se denomina sépia (de *ciba*).

Durante a Idade Média muitas outras fórmas de preparação de tintas foram tentadas. A cola, vegetal ou animal, foi adicionada tentativamente. Por vezes juntavam à composição pequena quantidade de vitríolo, com fim duplo: como fixador e como inseticida. Provàvelmente êste é o motivo por que muitos documentos, hoje existentes pelos arquivos, sofreram corrosão ao longo do tracejado da escrita. Tais documentos se transformaram em verdadeiras rendas cujas

Exemplo de documento danificado por tinta corrosiva
(Arquivo do Estado)
(fig. 22)

franjas são as bordas das letras que o antigo escriba traçou. São documentos que não resistem ao manusêio e que nem sempre se tornam elegíveis para um trabalho de restauração, perdendo-se portanto.

A tinta vermelha, menos empregada que a preta, era entretanto muito frequentemente usada para dar realce a certos textos, para desenhos à guisa de enfeite, ou para a escrita das iniciais. As matérias primas para a tinta dessa côr eram o cinábrio (sulfeto de mercúrio) e o mínio (óxido salino de chumbo). Os copistas da Idade Média costumavam ornar as iniciais dos capítulos com delicados desenhos em côres, entre as quais sobressaía o vermelho. Nasceu daí a arte da *miniatura*, derivando êsse têrmo de *mínio*, substância por certo preferida pelos copistas na feitura da tinta vermelha que usavam.

Além do preto e do vermelho, outras côres foram usadas. Há em Orléans uma carta de Felipe I escrita com tinta verde. Outros documentos apresentam tintas de côr azul, violeta e amarela. E encontram-se manuscritos grafados em ouro e prata. A arte de escrever em ouro ou prata intitulou-se *crisografia*. Consta que Nero mandou escrever suas várias poesias em um só volume, com letras de ouro. O mais conhecido documento dêsse tipo, porém, é o Evangeliário de Carlos Magno, datando dos fins do século 8.º, que se encontra na Biblioteca Nacional, de Paris. Para escrever em prata era necessário primeiramente corar de vermelho o pergaminho, a fim de dar maior visibilidade à escrita. O mais afamado manuscrito dêsse gênero é o "Codex Argenteus", contendo a tradução da Bíblia, que se encontra na Universidade de Upsala.

Mais tarde, e até os tempos modernos, combinações várias foram sendo experimentadas, inclusive as de base vegetal, que incluiam o tanino e o ferro. Sabe-se, por exemplo, que a tinta "nankim" chinesa é feita à base de cola vegetal

e negro-de-fumo produzido pela queima de caroços de pêssego. Nessas condições, poderíamos talvez classificar as tintas segundo o seu componente principal, ou quantitativamente mais importante. Teríamos, dêsse modo:

Tintas
- vegetais (à base de tanino, corantes vegetais, etc.)
- animais (ciba, negro-de-fumo proveniente da queima de matérias animais, etc.)
- minerais (ouro, prata, combinações químicas modernas)

É provável que, na antiguidade, cada escriba preparasse sua própria tinta, segundo fórmula de sua criação ou aprendida do mestre. Hoje usamos tintas manufaturadas em quantidades inconcebíveis por fábricas especializadas. As tintas antigas, de fabrico rudimentar, atravessaram os séculos. Farão o mesmo as nossas tintas atuais? A dúvida é natural, pois é sabido que muitas tintas, principalmente as de côr azul, descoram à luz com muita facilidade. Poderíamos dar de ombros à questão ao nos lembrarmos de que isso não é problema nosso, mas dos paleógrafos do porvir. É sempre prudente prevenir, porém, a possibilidade de os nossos documentos atuais não sobreviverem de muito aos seus rabiscadores. Caso se apaguem com o tempo, contudo, esperemos que a química do futuro venha a descobrir meios hábeis de fazer reviver com segurança a escrita desaparecida.

V

CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS

Qualquer documento manuscrito, antigo, pode oferecer algum valor para o paleógrafo e para os historiadores. Entretanto, êsse documento pode apresentar-se tão estragado que dificulte ou mesmo de todo impeça a sua leitura pelo estudioso. Disso ressalta desde logo a necessidade de conservar os documentos e de restaurá-los, quando possível.

O que conservar

O problema da conservação envolve uma questão importante: — O que se deve conservar e o que se deve inutilizar?

A resposta a essa pergunta não é fácil de ser dada, pois *nunca se pode saber quais os papéis que irão ter valor no futuro.* Por outro lado, é de admitir-se que nenhum indivíduo ou organização deseja ou *pode* preservar *todos* os documentos referentes à atividade na qual esteja envolvido.

A necessidade de destruição de papéis é evidente nos tempos atuais. Há cinco séculos atrás, talvez uma pessoa em cada milhar sabia escrever; hoje a instrução é obrigatória para todos, multiplicando-se dêsse modo a quantidade de indivíduos potencialmente capazes de deixar documentos de importância. Além dessa difusão das possibilidades de escrita, o preço irrisório do papel (em comparação com o que custava o pergaminho) e os processos de duplicação (carbono, mimeógrafo, impressão) facilitam na atualidade a produção de documentos a tal ponto que até mesmo os mais convictos advogados da conservação no interêsse histórico começam a acreditar que, ao pesquizar dentro de nosso pe-

ríodo, *o historiador do futuro será submergido numa verdadeira maré de documentos.*

Destruir os documentos inúteis sempre que possível é, pois, uma necessidade vital. Mas o *que* destruir e *o que* preservar tem sido o quebra-cabeças mais sério de tôdas as organizações arquivísticas.

De um modo geral pode-se dizer que todo e qualquer papel cuja finalidade foi, precisamente, o de anotar fatos de efêmera importância, podem ser desde logo destruidos; do mesmo modo podem ser inutilizados os documentos de que se saiba existir cópia *obrigatòriamente* conservada em outro lugar.

Não obstante tais normas gerais, ainda a dúvida pode pairar com respeito à destruição de papéis porquanto êstes possuem, como bem o expôs uma publicação do Arquivo da Inglaterra, "três fases distintas de possível utilidade: 1.ª — Quando são requeridos para referências correntes; 2.ª — Quando não se espera que sejam desejados mas podem, inesperadamente, ser necessitados; 3.ª — Quando não são mais utilizáveis para os propósitos para os quais foram originalmente feitos, mas podem ser de valor cada vez maior para referências históricas ou de caráter geral".

Por exemplo: contas, cartas e memorandos recebidos são de valor primário, ao tempo em que chegam a nossas mãos; são de importância secundária uma dezena de anos depois, porquanto podem vir a ser exigidos para propósitos legais; um ou vários séculos após, quando até as finalidades legais já não entram em conta, poderão ser de valor para o estudo de níveis de preços, da posição ocupada por determinada pessoa num determinado tempo, ou por qualquer uma das inúmeras razões que dizem respeito à história econômica ou social, ou a quaisquer outros ramos da pesquisa.

Em face de tal raciocínio devemos, então, conservar tôdas as cartas, contas e memorandos que nos dirijam? Claro que não. Mas isso também não significa que considerações de possível futura utilidade de um documento devam sei postas de lado. Assim, pois, o problema de quais os papéis a destruir fica sempre de pé, desafiando a sagacidade do arquivista.

A publicação do Arquivo da Inglaterra a que nos referimos pouco atrás procurou dar normas para a eliminação de papéis, evitando que os arquivos se encham de material inútil. Acreditando que, de um modo geral, as normas preconizadas são as que mais se coadunam com a previsibilidade atual, iremos aqui reproduzí-las, sintetizando sempre que possível:

> A) — Sempre que a intenção fôr apenas a de deixar uma evidência suficiente das atividades e métodos de ação de uma certa pessoa, família, corporação ou instituição, uma razoável eliminação dos papéis deixados é tarefa relativamente fácil. *Desde que seja feita logo* (de regra, a única coisa que torna difícil destruir cartas antigas é apenas a sua antiguidade) e *por alguém que tenha tido relações com os negócios que produziram os documentos.*
>
> Comumente, bastará preservar um certo número de documentos-chave e seleções representativas de séries que se conservam regularmente e de documentos que se repetem rotineiramente. Alguns *espécimes* devem ser selecionados mais por seu caráter representativo, para ilustrar a estrutura da organização ou do negócio do que por um interêsse ocasional como, por exemplo, o casual encontro de um autógrafo conhecido. Tal inte-

rêsse, entretanto, não deve ser excluido e, entre dois ou mais espécimes *igualmente ilustrativos*, aquêle que traga o nome do personagem importante *poderá* ser escolhido. Espécimes provenientes de intervalos regulares durante um certo número de anos também podem ser de grande interêsse, inclusive sob o ponto de vista estatístico, se o documento envolver números.

B) — Quando o objeto que se tem em mira é preservar documentação referente a assuntos técnicos, os quais são também conservados por arquivos individuais ou de outras instituições da mesma espécie, a tarefa se torna mais difícil porque envolve o problema de se estabelecer o grau de importância de cada Organização, ou seja:

1 — Se ela pertence a uma categoria de Instituições ou Organizações *cujos arquivos raramente foram preservados;*

2 — Se ela pertence à categoria de *muito importante,* em relação a outras da mesma espécie;

3 — Se pertence à categoria de organizações cuja história e desenvolvimento sejam de grande importância e *apenas possam ser traçados mediante* o *uso de documentos coletivos.*

Dois cuidados a serem tomados:

Primeiro — É preciso que, tanto neste caso como no precedente, não cometamos o êrro de confundir a falta de sucesso com a falta de importância. Negócios que se não materializaram, propostas não aceitas, inventos não aproveitados, ne-

nhuns lucros, tudo isso pode ter algum valor para a história do indivíduo, associação ou ramo de atividade em que tiverem lugar.

Segundo — Há um valor extra que se obtém pela conservação de dados com regularidade, e pelo espaço de tempo e variedade de atividades por êles cobertos: um Diário profissional, ou uma série de dados contábeis ou lançamentos, semelhantes em tudo a centenas de outros do mesmo tipo, podem fornecer documentação fóra do comum ou mesmo única, apenas em virtude do espaço de tempo por êles coberto ou pelas circunstâncias em que foram feitos.

C) — O mais difícil problema de todos é quando se deseja ir ao encontro das necessidades potenciais do futuro pesquisador. Na verdade é impossível pre-estabelecer condições que evitem a destruição daquilo que, mais tarde, *possa vir a ter valor*, porque não há limite para os assuntos cuja documentação seja de possível encontro em arquivos. E, de certo modo, tais possibilidades são imprevisíveis, porque cada geração cria novos interêsses, nos quais as gerações anteriores não haviam cogitado. Pode-se apenas sugerir certas normas de proceder para dar uma relativa segurança, ao mesmo tempo que se consegue uma certa eliminação:

1 — Façamos constantes operações de limpeza, eliminando regularmente os documentos *absolutamente efêmeros* e isso o *mais breve possível*. Não esperemos pela congestão. Documentos que não tiveram nenhuma utilidade para um negócio, de regra não têm mais nenhum valor, mesmo como documentação de outros assuntos, após

alguns dias. Por outro lado, convém verificar se êles têm, realmente, um caráter nìtidamente efêmero.

2 — Entre os documentos efêmeros deve-se incluir, na maior parte das organizações modernas, o enorme acúmulo de *papéis de pura rotina.* É necessário, por exemplo, manter uma verificação horária, diária, mensal ou durante outros períodos quaisquer de tempo, com relação a serviços ou pessoas. Os documentos resultantes dessas verificações, sob a fórma de notas, fichas, livros de registros, ou outros, não passam de *papéis de rotina* na administração. Serão importantes, talvez, se indicarem condições anormais; mas perfeitamente dispensáveis em condições normais, assim que tiverem servido a seus fins.

3 — Documentos referentes apenas à administração interna ou à rotina do serviço podem, de regra, na sua quase totalidade, ser destruídos. E nisto se incluem os papéis que aludem a *pessoas.* Mas mesmo aqui a seleção *depende da natureza da organização.* Devem-se distinguir as organizações que existem apenas para efetuar negócios externos (firmas comerciais, por exemplo) das que têm ùnicamente serviços internos (tais como escolas e museus). Neste segundo caso, a organização interna é òbviamente a mais importante e sòmente os papéis muito repetidos e de assuntos formais é que podem ser destruídos sem grandes considerações. Por exemplo: no caso das escolas, o livro de ponto dos estudantes e professores estaria entre os documentos de maior importância; ao passo que os livros de ponto de uma firma comer-

cial não têm nenhum valor arquivístico passados alguns mêses.

4 — Como critério de caráter geral, a respeito do possível valor para tôda a espécie de interêsses não perfeitamente definidos, deve-se verificar se o documento ou uma série dêles, trata, nomeia ou tem relação com um grande número e pessoas e /ou coisas e/ ou assuntos. Se tanto pessoas ou coisas estejam envolvidas em quantidade, o papel é, provàvelmente, candidato à preservação; se apenas pessoas, ou só coisas, o caso precisa ser particularmente estudado; se nem umas nem outras, ponhamos fora o papel.

5 — Com relação a qualquer documento sôbre o qual se tenha dúvida se se deve ou não conservar, o arquivista deve perguntar-se: — A informação aqui contida consta nalgum outro arquivo? Ou nalgum outro lugar, ainda que êsse lugar não seja um arquivo? Qualquer lista de nomes, por exemplo, que tenha sobrevivido a épocas anteriores pode ter valor, desde que a mesma não conste de outra, impressa, da mesma época (nobiliárquicas, policiais, telefônicas, etc.).

6 — Um documento não é, também, obrigatòriamente sem valor apenas porque se saiba dêle tenham sido tiradas muitas cópias, por meios mecânicos, e largamente distribuídas. Qualquer destas cópias, em virtude de notas adicionais ou pelo lugar e circunstâncias de sua preservação pode ter adquirido uma significação totalmente diferente das restantes. Exemplo: qualquer livro, ainda que sem nenhum valor literário particular, que tenha pertencido a Rui Barbosa, pode ser precioso

agora, em virtude de alguma anotação marginal nêle feita pelo grande jurista.

7 — Para os propósitos que ora se discutem, poderá muitas vêzes ter valor a conservação de um ÍNDICE ou REGISTRO, mesmo quando os papéis a que êles se refiram tenham sido destruídos. De fato, a simples existência de um registro pode às vêzes tornar possível a destruição de muitos papéis cuja única função é fazer volume.

A essas sete normas oferecidas pelo Arquivo inglês, nós acrescentaríamos uma Oitava:

8 — Levando em consideração os modernos métodos de micro-fotografia existentes, tôda a vez que razoável dúvida se levantar quanto à destruição ou conservação de um documento, resta-nos o recurso de micro-fotografá-lo, destruindo-o depois. Assim, o papel não teria sido de todo destruído: ficou dêle uma cópia fiel mas que ocupa um espaço muitíssimo menor. Esta seria uma espécie de solução intermediária, até que, em definitivo, se verificasse que o próprio microfilme podia ser destruído.

Documentos que, a nosso ver, devem SEMPRE ser conservados ou CONSIDERADOS DIGNOS de conservação, no Brasil:

1 — Documentos com data anterior a 1900;

2 — Mapas ou planos, feitos a mão, anteriores a essa mesma data;

3 — Outros documentos que, por lei, tenham de ser conservados (por exemplo: os talões de registros de casamentos, nascimentos, óbitos e de imóveis);

4 — Documentos de quaisquer Corporações, Irmandades Eclesiásticas, Autoridades Públicas, Comissões, Assembléias Legislativas, Fundações Beneficentes, Emprêsas de Utilidade Pública ou Organizações de Serviços Sociais e que,

por acaso, se encontrem sob custódia particular. Nenhum documento desta espécie deve ser destruído sem um parecer de pesquisadores;

5 — Documentos referentes ao Serviço Público, caso em que não pode haver destruição sem um acurado estudo;

6 — Escrituras e outros documentos que se refiram a posse de terras;

7 — Correspondência privada e Diários ou notas, se mantidos com *excepcional regularidade* ou *em circunstâncias anormais*, ou por pessoas de *posição excepcional*.

8 — Jornais impressos (especialmente os do local) que, por sua natureza, forma ou quaisquer outros motivos, tenham a probabilidade de não ser conservados em outro local ou que, nesse outro local, corram risco de se perder.

Além dêsses, de OBRIGATÓRIA conservação nos arquivos brasileiros segundo nosso parecer, os arquivos podem, entretanto, conforme as necessidades, circunstâncias ou conveniências, preservar documentos outros. Jamais esquecer, entretanto, que a finalidade do arquivo é preservar coisas *úteis* para a posteridade.

Como conservar

Vimos até aqui a questão de o que se deve e o que se não deve conservar. Selecionados os documentos que se pretendem preservar para o futuro, resta-nos o problema de *como* conservá-los, isto é, quais os métodos a usar para que êles se mantenham íntegros, impedindo que se deteriorem.

Para uma efetiva conservação dos documentos devem-se levar em conta:

a) O local que serve de depósito.
b) A iluminação.
c) O arejamento.

d) A qualidade e acessibilidade das estantes.
e) A proteção contra umidade.
f) A proteção contra parasitas.
g) A proteção contra fogo.
h) A proteção contra a poeira.
i) O pessoal habilitado.

Estudemos sucintamente cada um dêsses tópicos.

a) *O local*

A antiga noção de *arquivo* correspondia a qualquer lugar onde se amontoassem papéis, sem ordem nem higiene alguma. Era quase sempre um canto de escada, uma sala dos fundos, um corredor escuro, uma passagem inaproveitável.

Consequência dessa errônea maneira de ver era a inutilização dos documentos ali depositados. A umidade, os insetos e os ratos ali se instalavam. E no dia em que se necessitasse de algum dos velhos papéis ali postos, ia-se encontrá-lo corroído, mofado ou empastado. Isso, supondo que o encontrassem, no meio da vasta desordem.

Hodiernamente, verificada a necessidade e utilidade da conservação de documentos, quer por motivos históricos, quer por motivos outros, inclusive os de ordem econômica, procuram-se locais amplos, arejados e resistentes. A amplidão responde à necessidade de espaço para as novas remessas de material, além de facilitar a constante limpeza; o arejamento dificulta a infestação por parasitas; a resistência possibilita a constante recepção de novos papéis sem perigo de ruína do prédio, com o consequente dano para os documentos.

Uma fôlha de papel, por muito leve que seja, se reunida a milhares ou milhões de outras, corresponderá a um pêso extraordinàriamente grande. Pode-se calcular que, para um

grande arquivo, a resistência média dos pisos não deve ser menor que 400 a 450 quilos por metro quadrado.

b) *A iluminação*

A luz solar combate o môfo e afasta os insetos daninhos que, como se sabe, são na sua maioria fotófobos. Entretanto, a luz solar direta e constante é também perniciosa para os documentos não só porque resseca ou queima os papéis, amarelando-os, como também porque descora as tintas. Assim, pois, a luz ideal para os arquivos é a luz difusa, branda e suave.

c) *O arejamento*

O ar age benèficamente para a conservação dos documentos. Age como elemento mecânico, varrendo a umidade sempre que esta se torne excessiva. Age também como elemento químico, permitindo oxidações que dificultam a instalação do môfo. Age ainda como antissético, através da pequena quantidade de ozona que possa possuir.

d) *A qualidade e acessibilidade das estantes*

As antigas estantes de madeira eram terreno propício para habitação de uma série de insetos destruidores, papirófagos. Por vêzes acontecia que um códice infestado era colocado numa estante e os insetos se passavam para a madeira. Daí por diante, retirado embora o códice atacado, todos os outros papéis que se pusessem naquela prateleira acabavam infestando-se também.

Hoje tal perigo é obviado mediante o emprêgo de prateleiras de aço, que têm as vantagens adicionais de: 1.º — poderem desmontar-se com facilidade em caso de mudança;

2.º — permitirem os reajustes de alturas, de acôrdo com o tamanho dos papéis arquivados; e 3.º — serem imunes ao fogo, dêsse modo dando menos aso aos incêndios.

Convém lembrar, entretanto, que as estantes de aço são menos aconselháveis nas localidades situadas à beira-mar em virtude da possibilidade de corrosão, devida à maior umidade atmosférica e ao iodo e cloro em dissolução no ar. Nesse caso, é preferível o emprêgo da própria madeira, desde que convenientemente tratada por processos químicos, muitos dêles à base de creosoto.

Além da inatacabilidade pelos insetos, as prateleiras precisam ser acessíveis. O velho processo de se usarem todos os cantos disponíveis dificultava a classificação nas estantes; o sistema de divisões altas, ocupando as paredes até o teto, obrigava ao uso de escadas e a adoção de serventes para a movimentação dos pacotes guardados no alto. A isso se acrescia que a limpeza, nesses casos, deixava muito a desejar.

Preferem-se hoje as estantes dispostas em linhas paralelas, que facilitam a classificação; e de altura que não ultrapasse dois metros, evitando as escadas e os serventes. A limpeza pode ser mantida com menor dificuldade.

e) *A proteção contra umidade*

Independentemente do môfo, a umidade pode, conforme sua intensidade, produzir o descoramento dos papéis, manchas pela dissolução das tintas, ou o empastamento das fôlhas. Se o descoramento é prejuízo de relativamente pouca monta, o mesmo já não se pode dizer das manchas — que dificultam ou de todo impedem a leitura do documento — e do empastamento — que produz a aderência das fôlhas, inutilizando os códices.

Como sabemos, o papel é um material grandemente higroscópico. Os arquivos mantidos em locais amplos e are-

jadcs serão menos sujeitos ao ataque da água em suspensão no ar. O ideal seria que os prédios reservados à custódia de documentos possuíssem aparelhamento de ar condicionado, devidamente regulado para manter na atmosfera apenas a umidade necessária ao não ressecamento do papel. O preço de aquisição, montagem e manutenção de tal aparelhamento, entretanto, cerceia o seu emprêgo generalizado.

f) *A proteção contra parasitas*

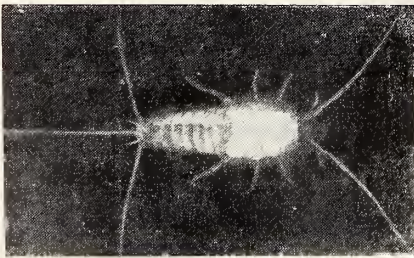
Tôda a gente sabe que os ratos roem livros, jornais e papéis em geral, principalmente com o fim de conseguir material para forrar seus ninhos. Mas êsse roedor não é o maior inimigo dos arquivos. Por paradoxal que pareça, os maiores inimigos dos documentos são insetos inconcebìvelmente menores que os ratos, em tamanho: a traça comum (*Tinea sarticella, Tinea pellionella,* ou outras espécies), a traça dos livros (*Lepisma saccharina*), o piolho dos livros (*Atropos divinatoria*) possuem larvas que se medem por milímetros. Mas proliferam com tal vigor que, se deixados em condições ideais para sua reprodução, poderiam dar cabo de arquivos inteiros em poucos anos. Não iremos transcrever aqui a lista inteira dos insetos que atacam o papel e que são, genèricamente, intitulados de *papirófagos.* Lembraremos apenas que êles alcançam a 65 espécies, assim distribuídas: coleópteros (32 espécies); ortópteros (4); tisanuros (9); pseudoneurópteros (6); himenópteros (1); lepidópteros (7); outros (6). Acrescente-se a isso duas espécies de aracnídeos e mais os ratos, e teremos o quadro dos pequenos grandes inimigos dos arquivos. O combate a êles tem de ser constante, sem tréguas, porque a destruição que êles efetuam no silêncio das estantes também não sofre solução de continuidade.

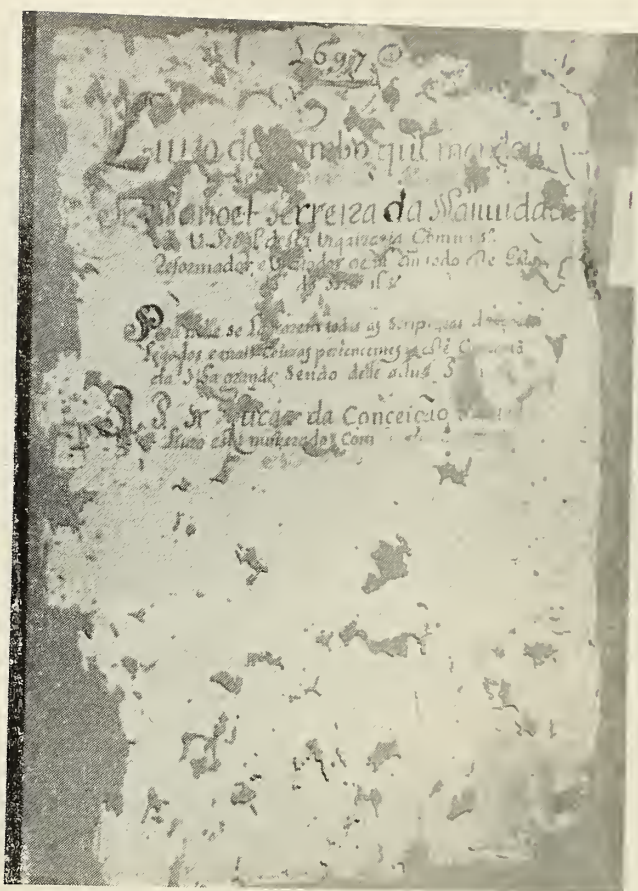
ALGUNS INSETOS QUE ATACAM O PAPEL

Anobium striatum, Oliv.
(fig. 23)

Scleroderma
domesticum, Kieff
(fig. 26)

Tenebroides
mauritanicus, L.
(fig. 24)

Ptinus fur, L.
(fig. 27)

Lepisma saccharina, L.
(fig. 25)

Anobium pertinax, L.
(fig. 28)

Exemplo de documento corroido por traças
(Arquivo do Estado)
(fig. 29)

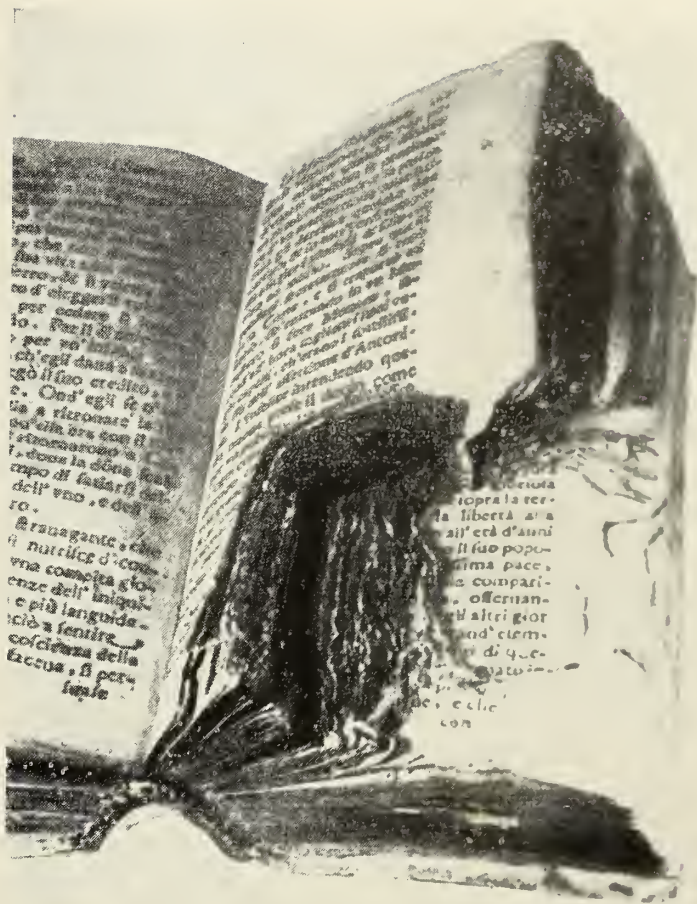
O combate aos ratos é efetuado através da localização dos arquivos longe de fábricas, hoteis, restaurantes, depósitos de víveres ou qualquer outros possíveis centros de proliferação daqueles roedores. Além disso, o prédio não deve oferecer

facilidades para feitura de passagens para êsses animais: o cimento armado é o mais aconselhável.

Exemplo de volume corroido por termitas (formigas brancas)
(Clichê extraido de "Patologia e Terapia del Libro" — A. Gallo)

(fig. 30)

Com relação aos insetos e aracnídeos, o arejamento, a luz e a limpeza são três armas de valor. A elas, porém, cumpre acrescentar a constante vigilância; a desinfecção dos volumes atacados mediante aparelhamento apropriado; e a aplicação de inseticidas sempre que possível e desde que os produtos empregados não sejam prejudiciais ao papel.

Processo interessante seria a conservação dos códices em envólucros metálicos — preferìvelmente alumínio, por não oxidar — completamente fechados. Tais envólucros impediriam o ataque dos ratos, bem como evitariam que um volume infestado de insetos transmitisse a infestação aos demais da mesma prateleira. Além disso, permitiria a inclu-

Exemplo de volume corroído de ratos
(Clichê extraído de "Patologia e Terapia del Libro" — A. Gallo)
(fig. 31)

são de inseticidas que, lentamente, acabariam por suprimir a fauna existente ali dentro. Vantagens acessórias do envólucro metálico: diminuiriam as possibilidades de estragos por umidade e reduziriam quase a zero os perigos de fogo.

g) *A proteção contra fogo*

Sabe-se de muitos incêndios que têm transformado em nada o acervo de arquivos preciosos. Manter aparelhos contra incêndio ou corpos de bombeiros eficientíssimos não é tudo, no que tange a arquivos. Isso porque, iniciado o fogo, ainda que o consigamos apagar mediante largo uso de jactos dágua, os papéis se inutilizariam do mesmo modo. O que foi salvo das chamas estará imprestável pelo emprêgo da água: o papel molhado se tansforma em pasta, a tinta dissolve-se.

À vista dessas considerações, importa antes *evitar* o fogo que combatê-lo.

Os processos para isso são conhecidos: uso de materiais não inflamáveis na construção, paredes corta-fogo, cortinas de aço separando as várias secções, abolição de cortinas de pano nas janelas, localização longe de fábricas, etc. Na organização interna, fazer com que os locais de trabalho dos empregados sejam separados das salas onde se situaram as prateleiras, evitando-se dêsse modo possíveis incêndios provocados por fumantes descuidados.

h) *A proteção contra a poeira*

A poeira, além de transportar consigo germens de todos os tipos, arrasta também partículas de carbono, materiais corantes, substâncias químicas. Isso tudo pode ir entranhando-se nas fibras do papel, manchando-o e alterando a côr das tintas. O próprio manusêio dos códices auxilia êsse trabalho nocivo pois os dedos dos consulentes vão fazendo com que a poeira se fixe, nos cantos das páginas principalmente.

Limpeza constante, preferìvelmente feita com aspiradores de pó, é o método principal de combate a utilizar-se. A localização longe de construções, ruas muito transitadas e fábricas também é necessária.

i) *O pessoal habilitado*

É evidente que o pessoal encarregado de cuidar de documentos antigos deve ser plenamente habilitado para o desempenho dessa tarefa. Essa habilitação não depende de diploma mas, sim, de muita prática e muitíssima boa vontade. A prática ensinará o pessoal como tratar com carinho os cartapácios preciosos; a boa vontade fará com que descubram os melhores modos de proceder para a sua conservação. Os livros especializados na matéria indicam vários processos. Mas só a boa vontade dos arquivistas amantes de sua profissão fará com que experimentem e apliquem os métodos mais adaptáveis ao local, à temperatura média reinante, ou às condições a que tenham os documentos de submeter-se. Se, desde o início, um funcionário manifeste claramente sua idiosincrasia aos papéis velhos, à luta contra o pó, e ao combate aos insetos, a boa conservação dos códices já está correndo perigo. É preciso contar-se com empregados que ponham inteligência e disciplina no trato dos documentos que sejam ou possam vir a ser úteis para a posteridade.

Dentro dêste tópico cabe bem lembrar um tipo de inimigo dos documentos ainda não citado: o homem. Quantos consulentes dos arquivos têm o mau vêzo de furtar papéis que lhes interessem? E quantos outros destroem códices preciosos rasgando-lhes pedaços ou extraindo-lhes páginas, apenas em virtude de terem preguiça de lhes copiar por inteiro os textos? Donde se depreende que o pessoal de um arquivo deve, além do mais, ter a qualidade de um Cérbero ou de marido ciumento: viver constantemente vigilante contra tais visitantes nocivos.

Ao aludirmos pouco atrás às normas para a conservação e destruição de papéis preconizadas pelo Arquivo inglês, acrescentámos ser a microfotografia um processo intermediário de destruição: destruia-se o original mas conservava-se o *film*, ganhando assim em espaço sem de todo perder o documento.

A microfotografia resume-se na fotografia de documentos usando-se o *film* miniatura, de 35 milímetros. Dêsse modo, num só rolo comum se podem acumular as fotos de 36 documentos.

Mas o microfilme não é o único processo de conservação fotográfica usável num arquivo, embora tudo indique ser o mais vantajoso. Existe também o método das cópias fotostáticas, quer as diretas, quer as obtidas por reflexão.

A cópia fotostática direta ou por transparência, é feita colocando-se o papel sensível, em um aparêlho, diretamente *atrás* do documento. Acendendo-se as lâmpadas existentes dentro do aparêlho, e por um tempo devidamente controlado por um relógio embutido, impressiona-se o papel sensível que, revelado e fixado, é a reprodução fiel do original, com as côres invertidas: as superfícies brancas ficam pretas na fotocópia, e os traços pretos se apresentam brancos. Para obviar êste inconveniente, a primeira cópia pode servir de negativo para uma segunda que será, então, absolutamente igual ao original. A primeira cópia pode ser feita por reflexão também. E deve sê-lo obrigatòriamente quando o documento é escrito em ambas as faces, porque, neste caso, a fotocópia por transparência apresentaria ao mesmo tempo o que havia sido escrito nos dois lados. Consequentemente, a leitura se tornaria impossível.

Na cópia por reflexão o papel sensível é colocado *à frente* do original, com sua camada impressionável voltada

para êste. A luz do aparêlho atravessa o papel sensível, alcança o original e, refletindo neste, volta para o papel sensível que só então se impressiona, dando uma cópia negativa. O positivo é feito, depois, por transparência.

Para terminar, vejamos num quadro as vantagens e desvantagens do microfilme e da cópia fotostática, acrescentando seus usos particulares, isto é, onde preferìvelmente devam ser usados:

(Vide pág. seguinte)

	Vantagens	Desvantagens	Usos particulares
Microfilme	1 — Rapidez de cópia. 2 — Baixo prêço (relativo). 3 — Economia de espaço (as cópias são de tamanho reduzido. 4 — Versatilidade (As cópias podem estar na fórma de negativos ou positivos transparentes; ou cópias em papel podem ser tiradas dos negativos, inclusive com ampliação ao tamanho original ou maior). 5 — Desnecessidade de câmara escura no local. (Os *films* podem ser mandados para revelação em outro lugar, se o desejarmos).	1 — Os *films* devem ser projetados numa tela a fim de poderem ser lidos. Ou um "aparêlho leitor" é necessário. 2 — Só se pode olhar um *film* de cada vez. Não se podem pôr duas cópias lado a lado, para comparação, ou tirar referências rápidas de um volume copiado para outro, ou de um índice para o texto.	1 — Para cópia em massa. Quando grandes quantidades de documentos devem ser copiadas, êste é o processo mais prático (caso dos Arquivos principalmente). 2 — Quando a economia de espaço e prêço fôr de importância particular. 3 — Para fotografia de documentos cuja futura utilidade seja duvidosa ou discutível.
Cópias fotostáticas por transparência	1 — As cópias são feitas diretamente em papel, do mesmo tamanho do original, podendo ser lidas sem auxílio de nenhum aparêlho e permitindo a comparação pois podem ser postas lado a lado. 2 — O negativo pode ser usado, ou uma cópia positiva dêle ser retirada.	1 — Mais caro e de mais lento trabalho de obtenção que o microfilme. 2 — A revelação tem de ser feita no lugar. Isto exige câmara escura, reativos e aparelhamento para lavar e secar as cópias. 3 — As cópias muitas vezes tomam mais espaço que os originais.	1 — Para cópias exigidas para finalidades legais (em positivo). 2 — Quando seja necessário fazer detido estudo ou comparação. 3 — Para cópias a serem usadas onde não exista projetor ou "aparêlho leitor" de microfilme.
Cópias fotostáticas por reflexão	A mesma vantagem n.º 1 das cópias fotostáticas por transparência.	As mesmas desvantagens das cópias por transparência e mais: 4 — O negativo não pode ser usado por dar uma imagem invertida. A feitura de um positivo envolve uma segunda cópia e uma segunda folha de papel sensível. Assim, o processo é mais lento e mais dispendioso.	Os mesmos usos da fotostática por transparência e mais: 4 — Para cópias de tamanho natural de mapas ou outros documentos de grande porte.

VI

RESTAURAÇÃO DE DOCUMENTOS

Os documentos antigos podem apresentar-se, quando não íntegros, vítimas de três fórmas diferentes de danos:

a) Danos provenientes da degeneração da matéria de que são constituídos, de defeitos de sua estrutura, ou do uso;

b) Danos provenientes do ataque de parasitas;

c) Danos produzidos por acidentes: incêndios, alagamentos, terremotos, tiros, explosões, quedas.

Conforme a qualidade do dano, assim pode diferir a técnica a usar-se a fim de recompor a integridade do documento, quando tal recomposição seja possível.

Na maior parte das vêzes os códices se apresentam ao restaurador sob a forma de pacotes, com páginas apertadas umas às outras. Durante o tempo em que ficaram guardados em prateleiras, malas ou baús, ou abandonados nalgum desvão esquecido, ainda que não tenham sofrido o ataque da umidade ou de parasitas, os códices sofreram a agressão do tempo. Suas fôlhas, com apenas a natural umidade do ar e com a pressão do próprio pêso, durante dezenas ou centenas de anos, vão grudando-se umas às outras. Grudando não em virtude da existência de goma ou cola. Mas simplesmente pela ação mecânica, lenta, de um intercambiamento, ou ajuste pelo tempo, das próprias fibras do papel ou do pergaminho.

O primeiro trabalho do restaurador é, pois, separar as várias fôlhas. Usa para isso uma espátula de osso ou madeira, sem ponta, procurando inserí-la cuidadosamente entre as páginas, de modo a desgrudá-las. Por vêzes a aderência é tão íntima que um movimento menos delicado da lâmina da espátula pode rasgar uma das fôlhas. Nesse caso, o res-

taurador usa do recurso de dar muitos e pequenos golpes com a espátula, batendo tôda a superfície do papel. Com isto procura o desajuste das fibras, de modo a separarem-se as páginas com maior facilidade.

Como se vê, êste é um trabalho de paciência, onde a pressa só pode ser prejudicial.

Quando as páginas do códice ainda estão íntegras, o serviço do restaurador é relativamente fácil. A coisa complica-se no entanto quando o papel foi atingido por algum dano sob uma ou mais das formas expostas pouco atrás.

Sabemos de capítulo anterior, por exemplo, que certas tintas corroem o papel. Será êste um dos casos de degeneração da matéria de que é o documento constituído. A separação das fôlhas assim atingidas é trabalho moroso e nem sempre profícuo. Muitas vêzes, separadas as rendas em que se transformou uma página, vê-se o restaurador impossibilitado de recompô-la em face da imensidade de minúsculos pedacinhos que se perderam no processo.

O mesmo se pode dizer quando defeitos da estrutura da base da escrita dificultam o seu descolamento. Há casos, verbi gratia, em que uma fôlha, na fabricação, ficou com espessuras diferentes em vários lugares. Onde a espessura fôr mais fina, é natural que a resistência à tração seja menor. Dêsse modo, a fôlha pode rasgar-se nesse lugar, ficando teimosamente aderida à página vizinha. Fato semelhante sucede quando os documentos são atingidos por água: produz-se um empastamento que faz várias ou tôdas as páginas ficarem coladas, pràticamente inutilizando tudo.

Páginas rasgadas pelo uso podem ser recompostas se o pedaço rasgado se conservou dentro do códice. Se se perdeu, só um adivinho — se os houvesse — poderia imaginar o que existiria escrito no trecho que se foi. A menos que o bocado perdido fôsse muito pequeno e o paleógrafo pudesse completar a idéia pelo sentido da frase.

Quando as páginas coladas foram vítimas de papirófagos ou ratos, o cuidado do restaurador é semelhante ao que deve ter quando a tinta corroeu o papel. No caso dos papirófagos é sempre interessante uma prévia desinfecção dos cartapácios a fim de evitar perigos maiores: há uma ou duas espécies de insetos e um aracnídio capazes de agredir o homem, produzindo erupções ou infecções.

Quando os documentos foram atingidos pelo fogo, a destruição nem sempre é completa. Sabe-se que, quando os papéis se encontram empilhados ou empacotados, estando as fôlhas suficientemente apertadas, as chamas não atingem o interior da pilha ou pacote imediatamente. A queima como que se processa por camadas, de fora para dentro, em virtude de a combustão necessitar de oxigênio para seu alimento. Combatido o incêndio a tempo, a parte central das fôlhas ainda se salva. O restaurador separá-las-á, retirando, por inúteis, as bordas carbonizadas.

Nos casos de alagamento, os estragos produzidos são sempre graves: como já dissemos pouco atrás, os documentos atingidos por água empastam-se, inutilizando-se quase sempre.

Os terremotos, as quedas (de volumes inteiros), tiros e explosões (5) produzem danos de caráter mecânico: perfuram, rasgam ou amassam os documentos. Danos que se podem considerar menos graves — sob o aspecto da possibilidade de restauração — que os causados pelo fogo ou pela água.

É de notar-se, outrossim, que os restauradores têm de lidar muitas vêzes, com documentos que sofreram dois ou mais tipos de dano. É comum que papéis bichados estejam também empastados pela ação da umidade. Velhos perga-

(5) Alguns arquivos de cidades européias foram duramente atingidos durante a última conflagração.

minhos, cuja tinta era corrosiva, podem também ter recebido a visita das traças. Resultado comum dos incêndios é que, semi-inutilizados os códices pelo fogo, acabam êles inutilizados de todo pela ação da água empregada para dar combate às chamas.

Após separadas as fôlhas de um códice, o serviço seguinte do restaurador é a limpeza de fungos, papirófagos, pó e manchas. O pó é fàcilmente afastado mediante uma escova-pincel, de pêlos longos, bem macios. Os papirófagos que se encontrarem já devem estar mortos pela desinfecção prévia a que se submeteu o volume, e são afastados pela mesma escova-pincel. Os fungos já representam trabalho maior, podendo-se empregar pano úmido em água e alcool, desde que se verifique ser a tinta suficientemente fixa para resistir ao processo sem manchar-se ou descorar. Nunca esfregar com fôrça o pano, para não dilacerar a base da escrita. E esperar sempre a secagem desta, quer para nova aplicação, quer para continuar o processo de restauração, porque sua resistência se encontra diminuída, quando úmida.

Com relação às manchas que o documento possa apresentar, o restaurador precisa conhecê-las bem antes de as atacar. Manchas provenientes da diluição da tinta por absorção de umidade são pràticamente irremovíveis. Tentar tirálas pode dar como resultado a remoção da própria tinta do escrito, danificando-se o texto. Manchas causadas pelo bolor são também de difícil remoção porque o *penicillium* (ou outros cogumelos que se podem instalar no papel ou no pergaminho) invade a própria contextura da base da escrita. Manchas de gordura, ácidos ou outras podem ser eliminadas com solventes, fazendo-se sempre uma experiência prévia, num canto de fôlha, a fim de verificar se o solvente não irá causar danos maiores.

Neste estágio da restauração era comum que os antigos restauradores tentassem reavivar a tinta, quando muito apa-

gada. Recorreu-se ao ácido gálico, ao tanino, ao sulfeto e ao sulfidrato de amônio, ao sulfeto de potássio e a outros produtos químicos. Sempre, entretanto, com resultados efêmeros ou danosos. Consequentemente, hoje já não se empregam tais produtos. Mesmo porque, com a descoberta da luz ultra-violeta, a leitura pode agora ser feita sem necessidade de nos valermos da química.

Separadas as fôlhas e limpa convenientemente cada uma delas, o passo seguinte é o alisamento das mesmas. Qualquer dobra ou rugosidade pode não só dificultar a leitura subsequente à restauração como criar embaraços à própria restauração. A espátula auxilia grandemente no serviço de se desfazerem as dobras; as rugas podem ser alisadas por simples pressão ou mediante ligeiro umidecimento.

A próxima sequência do processo de restauração é o *emparedamento* das fôlhas. Dá-se êsse nome à colocação do documento entre duas fôlhas de papel transparente, ou entre duas telas finíssimas, de sêda ou algodão. Na Europa as telas de sêda parece terem a preferência dos restauradores; entre nós prefere-se o papel transparente e o de uso mais generalizado é o chamado *papel cristal.*

Tomando duas fôlhas de papel cristal, o restaurador as pincela com a cola especial de restauração pela face com que vão ligar-se ao documento. Êste é então colocado entre as duas fôlhas, sendo o conjunto submetido a uma prensa na qual recebe uma pressão de aproximadamente duas toneladas. Isto faz com que todo o excesso de cola se escape pelas bordas, ficando apenas uma ínfima película, bastante entretanto para manter a adesão perfeita.

Emparedado o documento e eliminada a cola excedente, é aquele pôsto a secar, pendurado em varais *à sombra.* O sol, ou o calor artificial poderiam descorar a tinta ou produzir rugas no papel. Após sêco deve o documento voltar à prensa e nela permanecer por 24 a 48 horas. Esta segunda

prensagem, que pode ser feita de vários documentos restaurados, em conjunto, tem como finalidade dar o alisamento final, de modo que o papel, posteriormente, não venha a criar ondulações ou rugosidades devidas à diferente contração das três camadas de que passou a ser constituído.

Só após isso é que se podem submeter os documentos aos serviços complementares, mais próprios da arte da encadernação que da do restaurador: recorte das bordas, costura, montagem sob a forma de volume, junção de capa (papelão, pano ou couro), etc.

Cabe aqui lembrar que o emparedamento feito com papel é o mais simples e barato de todos. Mas apresenta um grande inconveniente: dificulta, posteriormente, a leitura do documento com a luz ultra-violeta.

Por êsse motivo, experimenta-se agora o emparedamento com lâminas de acetato de celulose. Êste processo já vem sendo usado nos Estados Unidos e, entre nós, na Biblioteca Nacional. Apresenta as vantagens de não impedir a posterior leitura com a luz ultra-violeta e de não ser atacado por traças. Mas tem os defeitos de necessitar de um aparêlho especial — o laminador — para sua aplicação; de ser um método caro, pelo menos por enquanto; e de se arranharem as lâminas de acetato com o uso, podendo mesmo chegar a ficar fôscas com o atrito constante — dêsse modo impedindo a leitura. Razões por que o Arquivo do Estado de São Paulo ainda hesita na sua adoção. Nos Estados Unidos encontra-se em fase experimental o emparedamento com "nylon".

Resumindo, a restauração de um documento deve passar pelas seguintes fases:

1 — Desinfecção (quando os documentos estiverem infestados).

2 — Separação das fôlhas.

3 — Limpeza.

4 — Recomposição (trechos rasgados, corroídos pela tinta, etc.).

5 — Alisamènto (dobras e rugas).

6 — Emparedamento (papel cristal, tela de sêda ou algodão).

7 — Prensagem úmida.

8 — Secagem natural.

9 — Prensagem sêca (24 a 48 horas).

10 — Trabalhos complementares (serviço de encadernador).

(Evidentemente, usando-se o emparedamento com lâminas de acetato de celulose, omitem-se as fases 7, 8 e 9).

A título de curiosidade, damos aqui a fórmula de cola atualmente usada pelo serviço de restauração do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo:

COLA PARA RESTAURAÇÃO

(Receita que nos foi fornecida pelo Sr. José Rubi, restaurador de documentos do Arquivo)

1 kg. de farinha de trigo
800 grs. de polvilho, azedo preferìvelmente
Água q.s. para formar um mingau ralo

A água é misturada à farinha e ao polvilho a frio e aos poucos, sendo necessário mexer sempre para evitar a formação de grumos. Cozer depois até transformar o todo num mingau grosso (consistência aproximada de cola de sapateiro). Depois de frio, juntar mais água, mexendo sempre, de modo a voltar à consistência de mingau ralo. Após

isso, acrescentar 1 colher das de sopa de Alúmen (Pedra hume) em pó e 4 colheres das de sopa da seguinte solução:

Alcool 42°	800 gramas
Cânfora	4 tabletes (50 gramas app.)
Formol	30 gramas

Mexer bem. A cola estará então pronta para ser usada. Pincelá-la no papel cristal (e não no documento a ser restaurado). Após coladas as duas fôlhas de papel cristal aos dois lados do documento, levar à prensa para que o excesso seja expelido. Retirar imediatamente após, colocando as fôlhas a secar ao ar. Estufas não convém para esta secagem, pelo perigo de enrugar o papel. Após sêco (dois ou três dias depois, se o tempo não estiver úmido), prensar novamente deixando na prensa por 24 a 48 horas.

Observações:

1. — A cola feita só de polvilho não "corre" bem sôbre o papel. O trigo facilita o esparzimento dela.
2. — O alúmen adicionado à cola tem duas vantagens: evita a rápida deterioração da mesma, permitindo o seu uso até quatro ou mais dias após seu preparo; e dá maior consistência à massa.
3. — A solução álcool-cânfora-formol tem propriedades inseticidas, sem alterar a co-

loração do documento. O formol, além de suas propriedades mumificantes empresta maior tensão à cola, depois de sêca; o documento restaurado com cola formolada passa a ter uma aparência de pergaminho.

4. — Essa mesma solução, se adicionada de um quarto do seu pêso de gasolina branca serve também para o pincelamento em volumes atacados por insetos.

VII

DIFICULDADES DA LEITURA PALEOGRÁFICA

O iniciante em paleografia jamais calcula quais e quantas dificuldades se lhe oporão na leitura paleográfica e que terá de vencer para boa interpretação dos documentos.

Deixaremos de fazer considerações a respeito de o paleógrafo precisar conhecer a língua na qual está o documento vasado porquanto isso é primário. Também não aludiremos à questão interpretativa, por ser um fator quase pessoal: onde um historiador de boa fé entende que o escriba quis dizer uma coisa, outro historiador, também com a melhor das intenções, analisando a frase de modo diverso, pode chegar a conclusões completamente opostas.

Assim, pois, deixando de lado êsses dois tópicos inerentes à leitura paleográfica, vejamos quais as outras dificuldades com as quais tem de se haver o paleógrafo. São elas:

Dificuldades referentes

- 1 — À base da escrita
  - qualidade
  - estado
- 2 — À tinta
  - qualidade
  - estado
- 3 — Ao vocabulário, grafia e abreviaturas usados
- 4 — À caligrafia
- 5 — Às tentativas de adulteração ou falsificação

1 — *Dificuldades referentes à base da escrita.*

a) *Qualidade da base*

Quando o papel no qual se escreve tem qualidades absorventes, a tinta se espalha fazendo com que as letras se fun-

dam umas às outras. Isto não só pode dificultar a leitura mas, por vêzes, impossibilitá-la por completo.

Há também alguns tipos de papel de lenta absorvência. A umidade atmosférica vai diluindo a tinta já sêca, fazendo com que esta se vá esparramando ao redor dos antigos traços. Embora êste processo leve dezenas, ou mesmo centenas de anos, o resultado final é o mesmo que se a escrita tivesse originalmente sido feita em papel de absorvência imediata.

Falamos aqui apenas em papel porque o pergaminho, como se sabe, possui muitíssimo menor ou nula capacidade de absorção da tinta.

b) *Estado da base*

Já vimos, ao tratar da restauração, que os documentos podem ser vítimas de vários tipos diferentes de danos. E claro está que um papel ou um pergaminho danificados não irão apresentar a mesma facilidade de leitura que outros, incólumes.

Antes de chegar às mãos do paleógrafo é de conveniência que os códices passem pelos cuidados do restaurador, o qual de plano eliminará as dificuldades que o leitor teria com a desinfecção, o descolamento de fôlhas grudadas e a limpeza (6). Deixando de parte, pois, os problemas inerentes a êsses trabalhos prévios, o paleógrafo tem de haver-se com documentos que se apresentam:

---

(6) Tarefas adicionais que o paleógrafo terá a seu cargo, se não contar com os serviços de um restaurador. De qualquer modo, entretanto a leitura dos originais se deve processar preferivelmente antes de emparedados os documentos em papel cristal ou tela: os traços serão sempre mais visíveis e não haverá embaraços à leitura com luz ultra violeta.

i — incompletos
ii — corroídos por papirófagos ou pela tinta
iii — manchados por água ou ácidos

i) — Quando o documento está incompleto por se haver rasgado, queimado, comido de ratos ou com fôlhas perdidas, o dano causado não tem consêrto possível. Só resta ao leitor fazer conjecturas a respeito dos trechos faltantes.

ii) — Os papéis, pergaminhos ou livros corroídos por papirófagos poderiam entrar no tópico anterior pois não passam, em última análise, de documentos incompletos também. Mas o dano produzido pelos insetos merece tratamento aparte em virtude de, nem sempre, impossibilitar completamente a leitura. Isso porque cada espécie ataca os códices diversamente. As baratas, por exemplo, atacam apenas as bordas do papel ou pergaminho, danificando assim sòmente as margens. Há traças que perfuram transversalmente os códices, de modo que em cada página fica apenas um pequeno furo. Outras corroem longitudinalmente, fazendo caminhamentos em duas ou três fôlhas visinhas. Assim, pois. se a traça atingiu com seu daninho labor uma só letra ou pequenos trechos de uma ou outra palavra, é possível, às vêzes, completar a frase pelo sentido ou pela sua natural e provável continuidade. Mas se uma inteira colônia de papirófagos atacou o documento (vide fig. 29), ou se uma larva decidiu fazer seu ninho principal justamente na página que se encontre em estudo, aí então frases inteiras desapareceram e o paleógrafo pouco conseguirá obter com as palavras remanescentes.

A tinta corrosiva corta a base da escrita ao longo das linhas traçadas pela pena (vide fig. 22), transformando o papel ou o pergaminho em autêntica renda, de difícil ou impossível decifração. Êste é um caso em que o restaurador tem de antecipar-se ao paleógrafo, buscando recompor o documento a fim de que a leitura seja possível.

iii) — As manchas de água apenas dificultam a leitura paleográfica quando a tinta não chegou a ser diluída; se isto aconteceu, entretanto, e os arredores das letras se transformaram em borrões, a leitura de difícil passou a impossível.

Também não se conseguem ler documentos manchados por ácidos que tenham sido naqueles empregados com o fito de operar a revivescência das letras. Como já vimos em capítulo anterior, o ácido reaviva a tinta momentaneamente, possibilitando então a leitura. Mas, posteriormente, ataca a própria base da escrita, deixando larga mancha escura, de contornos irregulares. Ficou, aí, inutilizado o documento. Segundo alguns autores, pode-se fazer uma segunda tentativa de reavivamento, mesmo após a mancha, desde que se use o mesmo ácido. Mas então se cria um impasse para o paleógrafo: qual o ácido que o pesquisador anterior teria usado? Além disso, é fácil de compreender que êste processo seria empregável apenas quando o documento ainda não tivesse sido restaurado.

2 — *Dificuldades referentes à tinta.*

a) *Qualidade da tinta*

As tintas podem ser corrosivas, laváveis e descoráveis.

Quando corrosivas — caso, por exemplo, das antigas tintas adicionadas de vitríolo — dão em resultado o corte da base da escrita ao longo do tracejado das letras, como expusemos linhas atrás.

Consideram-se laváveis as tintas que, por não possuírem um elemento fixador, são fàcilmente solúveis, mesmo depois de sêcas. Sôbre estas tintas a simples umidade atmosférica pode atuar dissolvendo-as, com dois resultados possíveis, às vêzes concomitantes: 1.º — quando a base da escrita é muito absorvente, a tinta se espalha ao redor dos traços, produzindo manchas que dificultarão a posterior leitura; 2.º —

com o tempo, a tinta se vai transferindo de uma página para outra que lhe esteja em contacto e, se esta última já possue algo escrito, ficam os dois textos superpostos, o que chega a impossibilitar a compreensão das frases.

Sôbre as tintas laváveis também podem atuar os banhos acidentais ou provocados. Documentos guardados em porões podem receber a água das lavagens do soalho; ou, mesmo quando dispostos em estantes, são ocasionalmente vítimas de inesperadas goteiras do teto. O papel conseguirá até certo ponto resistir ao empastamento e o pergaminho resistir ao môfo. Mas a tinta, se solúvel, dissolver-se-á produzindo largas manchas esparramadas pela superfície das várias páginas atingidas pela água.

Não confundir as tintas descoráveis com as tintas laváveis. As descoráveis são fixas, isto é, não se diluem fàcilmente com a umidade; mas apresentam a possibilidade de perder a côr com o tempo ou sob a ação da luz. Casos há em que o descoramento é completo, apagando-se de todo as letras.

b) *Estado da tinta*

As tintas corrosivas, laváveis e descoráveis (qualidade) produzem os escritos corroídos, lavados e descorados (estado).

Já temos noção das dificuldaes com que luta o paleógrafo em face dos textos corroídos pela tinta. Fácil compreender também que o seu trabalho não se verá nada simplificado quando o documento tenha tido sua tinta lavada (ou manchada) ou descorada.

É no caso das tintas descoradas que tem aplicação, atualmente, a leitura com o auxílio da luz ultra-violeta, a que nos temos referido várias vêzes em capítulos dêste trabalho. De que maneira agem os ráios ultra-violetas para facilitar a leitura?

Constituintes essenciais das tintas usadas na Idade Média (e mesmo das tintas modernas) eram o ferro e a noz de galha (7). Todos os métodos usados com a finalidade de tornar legível a escrita apagada baseiam-se na sobrevivência de moléculas de ferro ou do composto ferruginoso nas camadas superficiais do papel ou pergaminho. Os reagentes químicos tornavam visíveis os traços apagados, exatamente por se combinarem com o ferro remanescente. Sabemos entretanto que os processos químicos vêm sendo banidos em virtude de, posteriormente ao seu uso, poderem inutilizar os documentos.

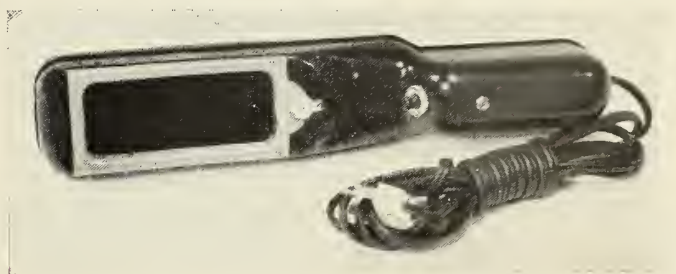
Descobriu-se recentemente que os ráios ultra-violetas (obtidos com o emprêgo de uma lâmpada de vapor de mercúrio) possuem a particularidade de, embora invisíveis, tornar fluorescentes certas substâncias orgânicas, entre as quais o papel e o pergaminho. Compostos metálicos, porém, dificultam essa fluorescência. Dêsse modo, numa sala obscurecida, dirigindo-se ráios ultra-violetas sôbre um documento que tenha traços de escrita com tinta ferro-gálica, a fôlha de papel ou pergaminho adquirirá uma brancura brilhante, exceto nos pontos em que houve algo escrito. Ficam então os traços escuros contrastando com o fundo fluorescente, sendo dêsse modo possível a leitura do texto que, à luz comum, se apresentava completamente apagado.

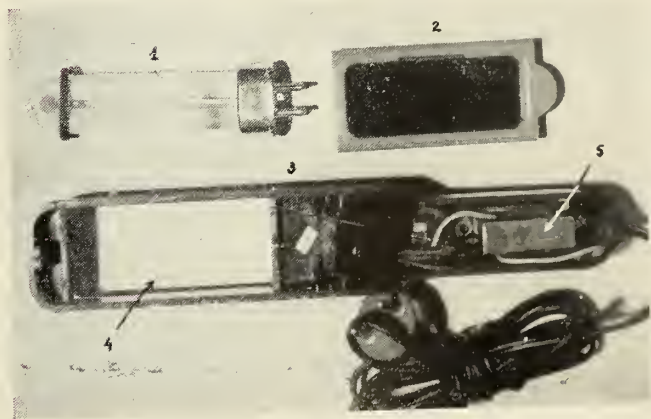
Não fluorescem os documentos nos quais se tenham empregado produtos químicos para revivescência das letras e muito especialmente quando o líquido usado foi o ácido gálico.

É inútil o uso da lâmpada ultra-violeta, também, quando o documento tenha sido lavado, acidental ou intencional-

---

(7) Chama-se noz de galha a uma espécie de vesícula ou engrossamento que se produz na casca de certas árvores, quando atacadas por insetos. Por processos especiais, da noz de galha se extraem o ácido gálico e o ácido tânico, componentes de muitas tintas.

mente. A água terá feito esparramar-se a tinta, distribuindo portanto as partículas de ferro por tôda a superfície da base da escrita. Aplicando-se a luz ultra-violeta não haverá fluorescência, donde o enxergar-se ùnicamente uma larga mancha de bordos irregulares.

Aparêlho de luz ultra-violeta, usado na leitura de documentos cuja tinta esteja apagada

(fig. 32)

O mesmo aparêlho, desmontado: 1 — Lâmpada de vapor de mercúrio; 2 — Filtro de ondas longas; 3 — Caixa de plástico negro; 4 — Refletor de metal cromado; 5 — "Starter"

(fig. 33)

Processo auxiliar na leitura de documentos é a fotografia dos mesmos sob a ação de ráios infra-vermelhos. Êstes ráios têm poder de penetração, facilitando à câmara fotográfica a fixação daquilo que existe na sub-superfície do papel ou do pergaminho. É processo mais aplicável, todavia, quando se suponha que a escrita foi casual ou intencionalmente obliterada por tinta, pigmento ou mesmo uma fina camada de papel. A fotografia à luz infra-vermelha é, assim, preciosa colaboradora do paleógrafo, quando êste busca conhecer o texto *verídico* dos documentos.

Os ráios infra-vermelhos são invisíveis e não produzem fenômenos visíveis a olho nu. Assim, a leitura com o auxílio dêles só é possível através as fotografias obtidas.

3 — *Dificuldades referentes ao vocabulário, grafia* e *abreviaturas usados.*

Ao paleógrafo não podem faltar conhecimentos do vocabulário empregado na data em que foi escrito o códice sob exame. E também não pode desconhecer a grafia usual nesse tempo, bem como as abreviaturas então comuns. Se as ignorar, se não tiver noções da terminologia da época, dificilmente entenderá o documento, por mais clara e firme que se apresente a caligrafia.

Apenas à guisa de ilustração, vejamos uns poucos exemplos de vocábulos usados entre nós, na época da colonização (8):

---

(8) Todos os exemplos dêste capítulo serão tirados de documentos nacionais, não por querermos insistir na idéia da criação de uma paleografia brasileira, mas porque nos parece mais útil, tendo em vista a formação de historiógrafos consulentes assíduos de nossos arquivos.

Alfaia (subst.) — Móvel ou ornato de casa.

Alizares (subst. pl.) — Guarnições de madeira nas portas e janelas.

Arratel (subst.) — Medida de pêso, equivalente a 16 onças.

Arratens ou Arrateis (pl. de Arratel).

Baeta ou Baieta (subst.) — Tecido grosso, de lã.

Barregana (subst.) — Espécie de tecido.

Bombazina (subst.) — Tecido de algodão e linho.

Chapim (subst.) — Antigo calçado de sola alta.

Feixo (subst.) — Cêrca, tapada.

Físico (subst.) — Médico.

Fogão ou Fogões (subst.) — O mesmo que *fogo* ou *fogos*.

Fogo ou Fogos (subst.) — No sentido de casa habitada, família ("Na vila há 50 *fogos*").

Fôrro (adj.) — No sentido de livre (Escravo *fôrro*).

Liage ou Liagem (subst.) — Pano de linho grosseiro.

Mãdor (subst.) — Mandador ou mandante.

Pataca (subst.) — Moeda no valor de 320 réis.

Perecleira (subst.) — Vasilha de barro para conservar azeitonas.

Pichel (subst.) — Vasilha para tirar vinho da pipa.

Serguilha (subst.) — Tecido de lã.

Tamboladeira (subst.) — Vasilha de prata com fundo de vidro, em que se depositavam vinho e outras bebidas.

Alguns dêsses têrmos são ainda hoje conhecidos, principalmente no interior. Nossos caipiras falam ainda em *baeta,* denominando assim um tecido grosso, de algodão. A *pataca* desapareceu do vocabulário atual, mas é ainda muito extenso o uso do valor *réis,* em vez de cruzeiros e centavos.

Com relação à grafia, era hábito escreverem-se certas palavras com duplos *p* ou *t,* com *y* em vez de *i,* com *h* nos lugares menos esperados. Ex.:

Cappa	(capa)
Foy	(foi)
He, hera	(é, era)
Hir	(ir)
Pay, paj	(pai)
Phthysica	(tísica)
Te, té, the, thé, athe, athé, atthé	(até)
Sappato	(sapato)
Sette	(sete)
Thio	(tio)

Além dêsse hábito curioso, devido por certo à não existência de normas ortográficas fixas, tem o paleógrafo de lutar com as variações e êrros gráficos dos escribas e copistas do tempo. Comuníssimas nos primeiros séculos de vida do nosso país, por exemplo, são as grafias seguintes:

amarão	(amaram)
aSsynei, assynei, asigney	(assinei)
certoens	(sertões)
cessenta, ceSenta, ce senta	(sessenta)
confirmassam	(confirmação)
desfarsse	(disfarce)
dino	(digno)
exegar	(e chegar)
expediçoins	(expedições)
fassa	(faça)
forão	(foram)
lutaçam	(lotação)
onrroza	(honrosa)
pessuio	(possuo)
porpagação, porpagassam	(propagação)
sumiterio	(cemitério)
tãobem	(também)

vaqua	(vaca)
203 dagosto de 16002	(23 de agôsto de 1602)

Passando às abreviaturas, não são menores as dificuldades que se apresentam ao paleógrafo. Há abreviaturas muito conhecidas, e usadas até hoje, como as seguintes:

A.D.	(Annus Domini)
D.	(Dom; fem.: Dona)
D.G.	(Deo Gratias)
Novr^{o}, IXbro ou 9bro	(novembro)
PP.	(papa)
SS.	(santíssimo)
V.G.	(Verbi gratia)
Xpel.	(Christe Eleison)
Xpt., Xpto.	(Cristo)

Mas, a par dessas abreviaturas ainda comuns atualmente, dezenas de outras, hoje desconhecidas, ou, pelo menos, desusadas, existem nos documentos do Brasil Colônia. Vejamos algumas delas:

Alz'	(Alvares)
Cappes	(capitães)
Conffr^{o}	(conferido)
d^{o}	(dito)
ecclezcas	(eclesiásticas)
freg^{as}	(freguesias)
Frz'	(Fernandes)
Glz	(Gonçalves)
GR.	(Geraldo)
Irmo	(Jerônimo)
itra.mte.	(inteiramente)
lica, lissa	(licença)
Lx.	(Lisboa)

mce	(mercê)
mss.	(manuscritos)
m^{to}	(muito)
nesr^{o}	(necessário)
Off^{es}	(oficiais)
P.^{o}	(Pedro)
Pr^{a}	(Pereira)
q. Ds. G^{de}	(que Deus guarde)
Reg^{o}, Rego	(registro)
Roiz	(Rodrigues)
S. Payo	(Sampaio)
va., Va.	(vila)
a fl. 30 Vo. do Lo. 2	(a fôlhas 30 verso do livro 2)

Como se vê, a paleografia é uma especialidade que, além de paciência, exige esfôrço para a compreensão de certos textos. Porque, se o papel se apresenta mal conservado ou bichado e a tinta ilegível, ainda temos de arcar com palavras desconhecidas, grafias absurdas ou abreviaturas incomuns. Razão por que, às vezes, os pesquisadores divergem com relação a trechos da nossa história, exclusivamente por se verem face a algum documento de difícil, dúbia ou impossível interpretação.

4 — *Dificuldades referentes à caligrafia usada.*

As dificuldades encontradas pelo leitor de códices no que tange à caligrafia dizem respeito a:

a) Falta de pingos nos *ii*
b) Falta de pontuação
c) Palavras ligadas (escrita encadeada)
d) Falta de extensão do documento

e) Letras que se confundem
f) Tamanho das letras

a) A falta de pingos nos *ii* dificulta a leitura de documentos em virtude de poder confundir-se essa letra com o e, com o c ou ainda com o *r*. Tendo-se à frente um manuscrito cujo autor foi vezeiro em deixar o *i* sem pingo, iremos por certo tomar, mais de uma vez, o *m* por *ni*, ou vice-versa, e o *h* por *li*, ou êste por aquêle.

b) É comum, nos originais antigos, a falta ou mesmo a total ausência de pontuação. Nessas condições, é fácil perceber que, em muitos casos, as frases podem prestar-se a interpretações diversas, fornecendo ao paleógrafo alguns cabelos brancos, ou arrancando-lh'os aos poucos.

c) Complicação adicional oferece a escrita encadeada, ou seja, escrita feita com as palavras ligadas, coisa também muito comum. Há exemplos simples como: *Ovale, acasa, gastarse, medeu, deque, poreste,* e outros. Mas há também os casos em que o escriba não levanta a pena do papel a não ser para molhá-la no tinteiro. E a frase fica tôda ligada: *"AnnodonascimentodeNossoSenhorJesusChristo..."* (Vide fig. 20).

d) A falta de extensão dos documentos é também dificuldade que se apresenta ao paleógrafo porque, quando a quantidade de frases é pequena, o decifrador tem menor número de possibilidades de comparar letras duvidosas. Se o escriba costuma escrever a perna do *a* um pouco levantada, essa letra pode confundir-se com um *o*. É preciso observar, então, em várias palavras semelhantes, qual o afastamento que o escriba deu a partir da pauta para os *oo* e os *aa* e, assim, assegurar-se melhor de sua interpretação. Há um tipo de *r* minúsculo, manuscrito, semelhante a uma bengala. Confunde-se ora com o *p*, ora com o *s*. *Rala* poderia ser lido *pala* ou *sala*. Se o documento fôr suficientemente lon-

go, entretanto, o *r*, o *p* e o *s* serão repetidos em inúmeras palavras inconfundíveis, dêsse modo indicando ao decifrador qual o modêlo seguido pelo escriba em cada uma daquelas letras.

Os exemplos seriam muitos. Diremos apenas que, se o documento fôr curto (um recibo ou uma nota, por exemplo), a possibilidade de comparação de letras fica afastada, dificultando a leitura.

e) Letras existem, na caligrafia comum de cada pessoa, que apresentam semelhança muito grande. Há quem escreva, por exemplo, o *m* e o *n* sem encurvar o traço na parte superior. Dêsse modo, o *n* fica igual a um *u* e o *m* se parecerá com *in* ou *ni*, a que se esquecesse de pingar o *i*. É também comum a feitura de I e J maiúsculos, semelhantes. Ou então o I e o T. Certas pessoas possuem o estranho hábito de, em 90% dos casos, esquecer-se de cortar o *t*, fazendo-o confundir-se com o *l*.

Se isso acontece nos manuscritos modernos, atuais, que dizer dos antigos, feitos por escribas diversos, nas mais diversas condições? Testamentos ditados aos escreventes das entradas, verbi gratia, eram vertidos para o papel *no sertam* mesmo e depois trazidos para a família pelos remanescentes da bandeira. Pode-se exigir, num caso dêsses, uma caligrafia artística?

Cada escrevente poderá apresentar várias e diferentes letras que se confundem. Entretanto, as confusões mais comuns são:

p e *h* (quando a primeira haste do *h* fôsse feita passando abaixo da pauta e o laço superior estivesse pouco aberto)

f e *s* (na escrita antiga o *s* era escrito assim: ſ)

p e *s* (porque certos escrivães costumam grafar o *p* assim: ρ)

p e c (um *p* de perna curta podia confundir-se com um c meio aberto)

m e *ne* (no caso de o escriba não fazer curvas as partes superiores do *m*)

n e *re* (idem, com relação ao *n*)

u e *re*

p e *f*

h e *li* (quando apareçam *ii* sem pingo)

m e *ni* ou *in* (idem)

nn e *mi* ou *im* (idem)

p e *r* (no caso do *r* feito semelhante a uma bengala:)

Vejamos apenas alguns exemplos de confusão, para melhor ilustrar:

"Possuo uma mesa "

Pode ser, aí, mesa *de centro* ou *de pinho*. Confusões de *c* com *p*; *e* com *i* (sem pingo); *tr* com *h*.

"Ele na mão da moça..."

Pode ser *bulia* ou *tinha*. Pela sequência da frase ("... uma certa quantia em dinheiro") verificou-se que a interpretação exata era a segunda. Confusões de *b* com *ti* (sem pingo) e *li* (sem pingo) com *h*.

"Cândido "

Aparentemente Cândido *Duval*. Mas era Cândido *de tal*. Confusão de *t* e *v*, além do encadeamento *detal* (9).

"Até a "

Parece ser "até a *vista*. Mas é "até a *oeste*" (10). Confusões de *o* com *v*, e *e* com *a*.

---

(9) Exemplo que se pode ver à pág. 42 v. do livro de Registros de Terras de Jaboticabal, existente no Arquivo do Estado de São Paulo.

(10) Vide pág. 83, penúltima linha, do livro 140 dos Registros de Terras (Arquivo do Estado de São Paulo).

"O senhor ..."

Pinho ou *Pinto*. Confusão de *t* e *h* (11).

"Tem como limite "

A frase quase incompreensível *atheobujo* deve ser lida: *até o brejo*. Ligação indevida de palavras, falta de acento no primeiro *e*, confusão de *re* com *u* (12).

f) O tamanho das letras manuscritas pode também trazer dificuldades para o paleógrafo, quando se apresentam de reduzidas dimensões. Escribas houve que faziam caligrafia minúscula, de ínfimo tamanho. Dir-se-á que a solução do problema é simples: basta que se lance mão de uma lupa. Mas essa simplicidade é apenas aparente pois a ampliação nem sempre é capaz de tornar legível a escrita. Isso porque a pena, ao traçar as letras em proporções diminutas, terá grafado as linhas muito aproximadas umas das outras. A escrita se torna apenas um desenho de ondulações quase uniformes, de dificílima interpretação. Se a isso acrescermos um papel absorvente, ou uma tinta corrosiva, haverá impossibilidade absoluta de leitura paleográfica do trecho.

5 — *Dificuldades referentes às tentativas de adulteração ou falsificação.*

Antes de mais nada, convém lembrar que adulteração e falsificação não se confundem na terminologia técnica. Do-

(11) Vide pág. 68 v., linha 8, do livro 141 dos Registros de Terras (Arquivo do Estado de São Paulo).

(12) Vide pág. 106 v. do livro 156 dos Registros de Terras (Arquivo do Estado de São Paulo).

cumento adulterado é aquele que, verdadeiro *ab initio*, teve seu contexto modificado de modo a ficar alterada a sua compreensão, cu então exagerados ou reduzidos os seus dados numéricos. Documentos falsificados são os forjados, os inexistentes a princípio e que foram criados inteiramente pelo interessado na burla. Exemplifiquemos para esclarecer. Certa pessoa passa a outra um recibo da quantia de cinco mil cruzeiros. O portador do recibo adiciona o final *enta* ao cinco, ficando então com um recibo do valor de *cincoenta* mil cruzeiros. O recibo era verdadeiro; o acréscimo é que é falso. Trata-se de um documento *adulterado*. Um outro indivíduo consegue, de algum modo, a assinatura de uma pessoa qualquer com algum espaço em branco na parte superior. Nesse espaço escreve então um texto que lhe interesse — uma declaração de venda, um recibo, um vale, etc. — e teremos aí um documento *forjado* ou *falsificado*. Claro está que, num caso dêsses, a falsificação pode ir até à assinatura inclusive.

Quais as adulterações e falsificações que podem interessar ao paleógrafo?

Podemos responder que qualquer documento antigo, do qual possa resultar algum valor, é passível de adulteração ou falsificação pelos que pretendem locupletar-se com o alheio.

Os colecionadores de autógrafos pagam às vezes bom dinheiro pela assinatura de um antigo personagem. Descobrindo um papel amarelado pelo tempo, em branco, os falsificadores tentam imitar a assinatura desejada, para vendê-la como autógrafo verdadeiro.

Mas as adulterações e falsificações mais comuns são aquelas feitas sôbre papéis real ou falsamente antigos e das quais podem resultar alterações substanciais em heranças. No caso particular de documentos referentes a terras, a de-

nominação vulgar, mas já suficientemente conhecida, dada ao documento forjado, é "grilo" (13).

Porque as tentativas de adulteração ou falsificação constituem dificuldades à leitura paleográfica?

Porque, sabendo o paleógrafo que de um documento por êle interpretado podem derivar resultados econômicos, compete-lhe estar sempre alerta para não prejudicar ninguém. Casos há em que a simples mudança de pontuação pode alterar a idéia.

A constatação das burlas nos documentos compete à técnica policial. Mas é evidente que o paleógrafo não pode enviar a exame pericial *todos* os documentos que lê. Precisa êle ter certas noções de grafística a fim de comparar letras, boa acuidade visual para verificar diferenças de coloração no papel ou na tinta, e grande poder de observação de modo a anotar pormenores estranhos, que passariam despercebidos a pessoas menos avisadas. Desde que razoável desconfiança de fraude se levante no espírito do paleógrafo, deverá êle enviar o documento duvidoso à repartição policial competente.

Apenas para ilustrar, podemos aqui lembrar alguns casos de fraude descobertos por paleógrafos do Arquivo do Estado.

Em certo livro de Registros de Terras (14) observou-se que uma das páginas se apresentava um pouco mais escura que as outras. Tendo surgido a dúvida, enviou-se o livro para a perícia técnica, descobrindo-se que aquela página fôra ali enxertada. Para que apresentasse as características de antiguidade, haviam-na exposto ao sol. Anos de-

---

(13) Várias são as supostas origens da denominação "grilo". Em nosso trabalho "A Paleografia e suas dificuldades" anotámos a que nos pareceu mais razoável.

(14) Livro de Registro de Terras do Brás (Arquivo do Estado de São Paulo).

pois, porém, o queimado do sol reunido ao amarelido pela idade deram em resultado uma côr mais escura que as das demais páginas, descobrindo-se assim a falsidade.

Noutra declaração de terras:

"Tenho 8 léguas a partir da ponte até o morro do Tambú e meu cunhado Julio Breve 5 léguas da ponte até o riacho Fundinho. Tenho 6 léguas para a direita deste terreno do Julio tambem 12 léguas à esquerda do paiol". (15).

A pontuação correta na segunda frase seria um ponto-e-vírgula entre as palavras *Julio* e *tambem*. Constava no original, entretanto, apenas uma vírgula nesse lugar. Disso se aproveitaram os herdeiros de Júlio, acrescentando um ponto-e-vírgula entre as palavras *terreno* e *do*. O paleógrafo desconfiara da pontuação em virtude de o papel ser de lenta absorvência. Tôdas as letras, bem como a pontuação, haviam criado ao seu redor pequena mancha diluída, fàcilmente observável com uma lupa. O ponto-e-vírgula adicionado pelos herdeiros era recente, não se tendo dado ainda a absorção de umidade do ar e entranhamento no papel.

Caso interessante foi o descoberto pelo restaurador de documentos do Arquivo do Estado. Restaurando um livro de sesmarias, emparedou tôdas as fôlhas em papel cristal usando a cola por nós citada em capítulo anterior. E notou, com espanto, que a tinta de uma das fôlhas, combinando-se com algum dos elementos da cola, mudou completamente de côr. De preta, passou a um vermelho arroxeado. A tinta não é, normalmente, atacada pela cola. Mas o falsificador, para dar-lhe a aparência de antiga, provàvelmente lhe adicionara algum produto que veio a alterar-se no processo

---

(15) Os nomes e dados são imaginários. Mas houve fato concreto, com outros nomes, que grande trabalho deu à Polícia Técnica e à Justiça de São Paulo.

de restauração, assim denunciando a falsidade. Falsidade que, diga-se de passagem, havia sido muito bem feita pois, não fôra a restauração, teria passado completamente despercebida (16).

Também curiosa foi a adulteração efetuada em certo códice cujas páginas se apresentavam não só amareladas pelo tempo como também bichadas. A burla foi descoberta por ter o paleógrafo observado que a escrita, em certo ponto, passara junto a uma perfuração de traça. E a tinta manchara *as bordas do furo*, prova de que o trecho fôra escrito não quando a fôlha se encontrava ainda íntegra, mas sim muito depois, *após ter a traça perfurado o papel.*

Houve ainda um documento que, datado do primeiro quarto do século XIX, parecia ter sido escrito com pena metálica. Ora. Como se sabe, as penas metálicas só se vulgarizaram entre nós pelos fins do século passado, fato que o falsificador possìvelmente ignorasse, ou de que se tivesse esquecido.

* * *

Pelo exposto no presente capítulo vê-se que a leitura paleográfica não depende apenas de prática no entendimento dos garranchos feitos pelos antigos escribas. Depende também de conhecimentos variados, da posse de uma paciência beneditina, de uma espécie de capacidade de adivinhação em certos casos, de atenção minuciosa e constante, além de um espírito sempre alerta contra os forjadores de documentos.

Apenas como adendo a êste capítulo, convém lembrar ainda o caso da publicação dos documentos lidos, publicação esta feita quer por entidades governamentais quer por particulares.

---

(16) Vide Livro 23 de Patentes e Sesmarias (Arquivo do Estado de São Paulo).

É de todo vantajoso que a reprodução impressa traga todos as falhas e êrros do original, deixando a interpretação ao cuidado dos historiógrafos. Tem isto o fim de evitar que o paleógrafo possa, através de *sua* interpretação, alterar conciente ou inconcientemente algum parágrafo.

Até há bem pouco, as divulgações do texto de códices antigos traziam apenas, nos trechos por qualquer razão ilegíveis, apenas uma linha pontilhada. Ex.:

> Auto de posse do Gov.............. ral desta
> Capitania e Minas do..................... em
> 17.....................
> Anno do Nascimento de Nos............ sto de
> mil setecentos e............ aos qu...... dias
> do mez de Junho do ditto anno, nesta mui nobre
> Villa de Sam Paulo, Cabessa de Co...... tando
> ahy os Juizes Ord..........................
> ....

Isto trazia certas dificuldades para os historiógrafos porquanto se viam êles obrigados a ir ao Arquivo na esperança de conseguir ler o trecho pontilhado, supondo-o apenas apagando à repartição depositária do documento, encontrava-o gando à repartinão depositária do documento, encontrava-o entretanto corroído de traça, queimado ou rasgado, o que afastava de vez as possibilidades de leitura.

Por outro lado, os trechos antigamente ilegíveis por apagados, podem hoje ser lidos graças à luz ultra-violeta ou através fotografias tomadas com ráios infra-vermelhos. Em casos excepcionais, de necessidade extrema, poderia tentar-se, mesmo, o uso de reavivantes químicos.

Assim, pois, o antigo sistema de linhas pontilhadas não vinha correspondendo plenamente às finalidades, razão por

que o Arquivo do Estado adotou, por nossa sugestão, as seguintes convenções:

....	Quando rasgado ou roído por papirófagos.
- - - - - - - - - - -	Quando apagado pelo tempo ou por umidade.
(ilegível)	Quando visível, mas incompreensível.
Em grifo	Quando a leitura do trecho só tenha sido possível com o auxílio da lâmpada ultra-violeta.

Um texto antigo pode aparecer impresso, agora, da seguinte maneira:

> Se a V.Ex.ª lhe parecer conveniente ao Real ServiSso de S.Mag.de, *que se execute logo este projecto* sem mais demora, com avi............nda que a estaçaon seacha- - - - - - - - - eira q' ainda que Eu me *acho com* muita couza prevenida- - - - - - - nunca eu poderey...................... como já expuz a V.Ex.ª.
>
> (ilegível) d'Olliveira

Isso simplificará o trabalho do historiógrafo porquanto, se suas dúvidas recairem em trecho pontilhado, já saberá que é inútil abalar-se de seu local de trabalho para ir até o Arquivo: aquele trecho não existe, por ter sido corroído ou rasgado. Já se sua dúvida se situar em período tracejado ou "ilegível", poderá tentar a leitura da frase apagada, ou ter esperanças de conseguir decifrar o garrancho incompreendido pelo paleógrafo.

VIII

PALEOGRAFIA NO BRASIL

Pelos fins do século passado e inícios do atual existiam entre nós pequenos livros que traziam reproduções de manuscritos, e que eram dados a ler aos discípulos das escolas primárias de então. Um dêsses livros se intitulava até, pomposamente, "O Paleógrafo". Quando o aluno conseguisse ler os manuscritos ali reproduzidos, e de autoria de Pedro II, Caxias, Rio Branco, Álvares de Azevedo e outros, era considerado "formado" em leitura.

É óbvio porém que essa leitura não representava o que na verdade se pode intitular "paleografia". Tratava-se apenas de facilitar ao aprendiz o entendimento de caligrafias variadas, de documentos *da época*, com vocabulário e abreviaturas *então correntes*.

Data, entretanto, mais ou menos dêsse mesmo tempo a aparição dos primeiros pesquisadores, a lerem diretamente no original os documentos antigos com finalidade historiográfica. Apenas para citar dois exemplos de São Paulo, poderíamos lembrar os nomes do Dr. Antônio de Toledo Piza, diretor do Arquivo do Estado de 1893 a 1905, leitor infatigável de cartapácios, e a quem se deve a publicação de 45 volumes dos "Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo"; e o Dr. Orville Derby, americano que se apaixonou pelo Brasil a ponto de se naturalizar brasileiro e fazer pesquisas sôbre as coisas nossas, deixando importantes trabalhos, inclusive de caráter histórico, sôbre a terra de sua eleição.

Aos poucos, os historiógrafos nacionais se vão capacitando da necessidade da leitura paleográfica. Os trabalhos de um Afonso Taunay constituem enorme repositório de fatos dos primórdios da vida brasileira, evidenciando a colos-

sal quantidade de documentos antigos que o seu autor teve de compulsar. Washington Luiz se torna outro grande leitor de códices, a êle se devendo a iniciativa da publicação das Atas da Câmara de Sto. André da Borda do Campo e da Câmara de S. Paulo, cujo primeiro número veio a lume em 1914. Seu grande auxiliar foi o Sr. Manuel Alves de Souza, taquígrafo da Câmara dos Deputados e paleógrafo nas horas vagas.

São Paulo parece ter sido também, no Brasil, o pioneiro da publicação de documentos antigos para fins históricos, com a divulgação dos supra citados "Documentos Interessantes". Mas, a breve prazo, os demais arquivos do Brasil iriam aos poucos procurando fazer o mesmo, surgindo no seio dêles os auto-didatas da paleografia.

É ainda em São Paulo que pela primeira vez se criam, no Brasil, e, parece, na América do Sul, cargos públicos com a expressa denominação de "Paleógrafos". Deu-se isso em 1935, na Prefeitura paulistana, ao ser criada a Divisão de Documentação Histórica do Departamento de Cultura, sendo os cargos lotados na Secção do Arquivo. Por motivos vários, e que não nos compete analisar, porém, algum tempo depois, eram os cargos de "Paleógrafo" reclassificados como de "Arquivistas". O contrário vem a dar-se, curiosamente, no funcionalismo estadual, em 1946: o cargo de "Arquivista" do Departamento do Arquivo do Estado tem mudada sua denominação para a de "Paleógrafo". Importante salientar que o ocupante dêsse cargo, o Dr. Antônio Paulino de Almeida, há muito tempo, já, desempenhava as funções de leitor de cartapácios, embora fôsse, oficialmente, "arquivista".

Com relação a cursos para o aprendizado da Paleografia, supomos que o primeiro movimento sério no sentido de criar um se deu na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, por volta de 1941 ou 1942. Não sabemos que razões impediram vingasse a idéia.

Já em 1938, também em São Paulo, fôra organizado o curso de Biblioteconomia (17), no qual se ministravam noções de Paleografia. Mas essas noções não constituíam ainda um programa isolado, pois faziam parte de uma das matérias do currículo escolar. A cadeira de Paleografia só vem a ser criada em 1947, se bem que com pequeno número de aulas programadas (só no 2.º semestre). Foram seus regentes: de 1947 a 1949, D. Lizette Toledo Ribeiro Nogueira; de 1950 a 1952, D. Zilá Taveira. Atualmente, rege-a o Sr. Giulio David Leoni, que também leciona "História do Livro e Paleografia" no curso de biblioteconomia do Instituto "Sedes Sapientia".

Ao que nos constou, funcionou intra-muros há uns cinco ou seis anos, ou ainda funciona, no Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro, um curso de paleografia.

Temos notícia, também, de um breve curso de paleografia que há uns três ou quatro anos teria sido organizado pelo Arquivo da Bahia para seus funcionários. O Departamento de História e Documentação da Prefeitura do Distrito Federal, entre novembro de 1950 e fevereiro de 1951 promoveu um Curso Intensivo de Arquivologia cuja primeira parte era constituída por Noções Gerais de Paleografia e Diplomática. As aulas estiveram a cargo de D. Maria Luisa Danneman e do Sr. Otávio Calazans Rodrigues.

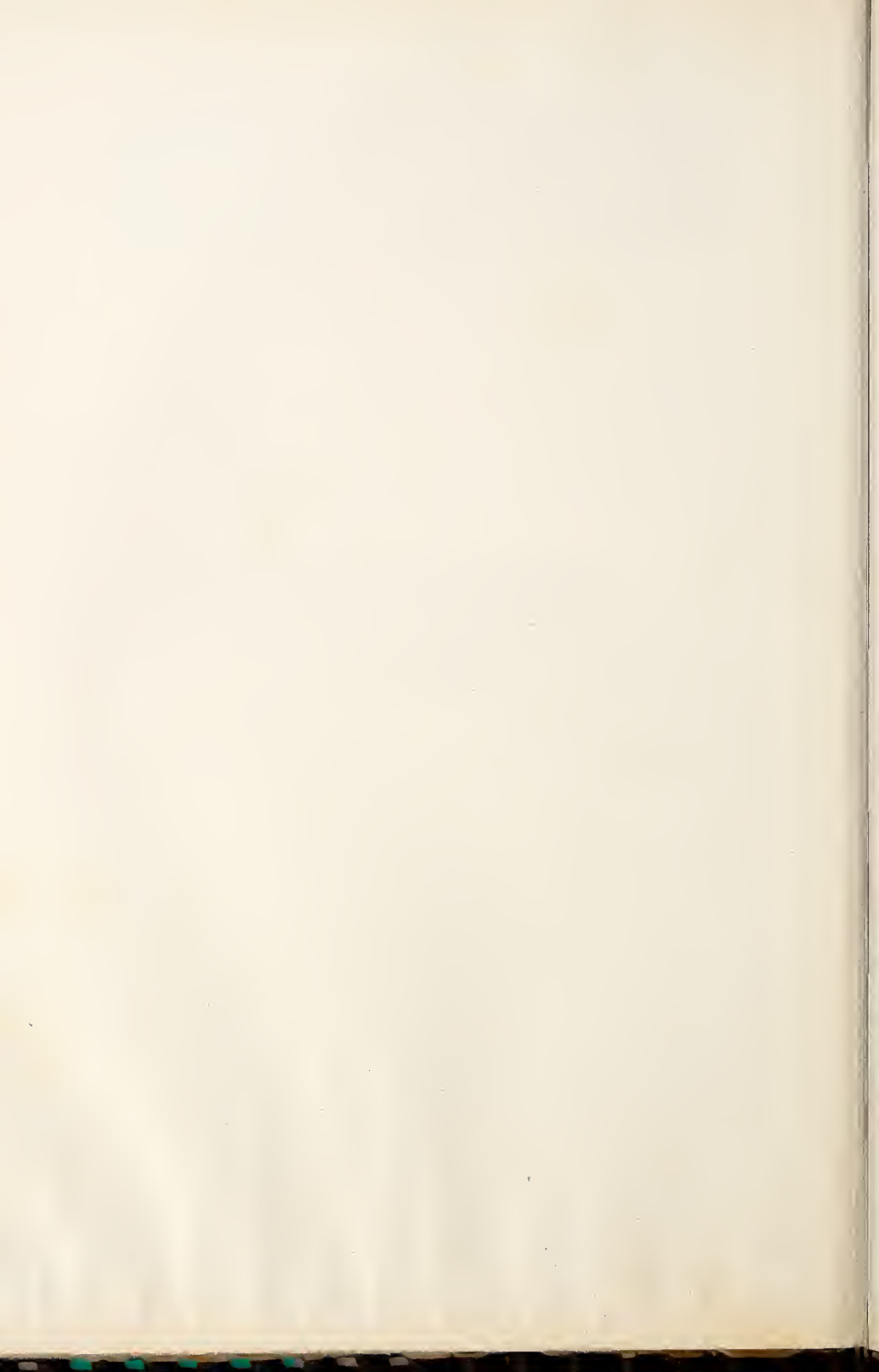
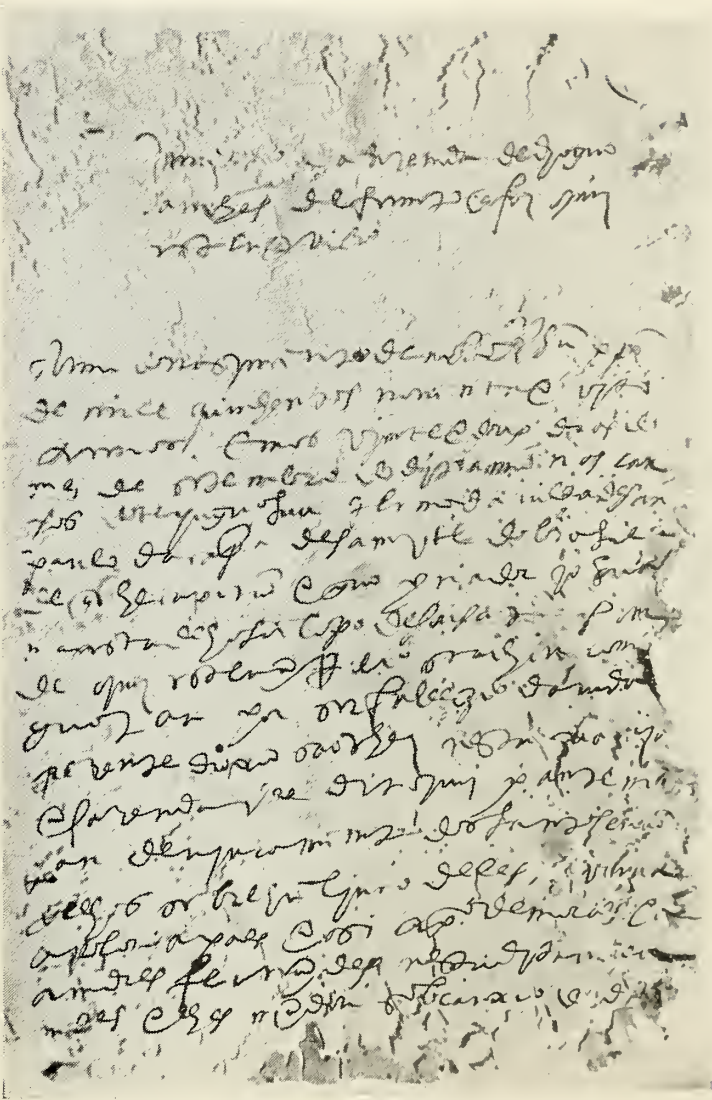
Finalmente o Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo promoveu o seu Curso Livre de Paleografia em fins de 1952, o primeiro com as características de "livre" isto é, aberto a todos os interessados e sem a exigência de exames de aproveitamento. Deixámos gravados, na página de apresentação destas "Noções de Paleografia", os nomes dos que se incumbiram das aulas.

---

(17) Organizado pela Prefeitura de S. Paulo. Em 1940 o curso foi anexado à Escola de Sociologia e Política.

A paleografia, a nosso ver, obtém dia a dia maior número de adeptos. Já não é preciso ser historiador para dela necessitar: os pesquisadores, e os próprios estudantes de história, cada vez em maior número, procuram agora os arquivos para aprender a ler, no original, os preciosos manuscritos que documentam a vida palpitante de sua pátria.

EXEMPLARES DE MANUSCRITOS

BRASILEIROS

Trecho de documento de fins do século 16
(Arquivo do Estado)

(fig. 34)

LEITURA DO DOCUMENTO DO SÉCULO 16:

Imventr.º da fazenda de Dyoguo
Sanches defunto q' fez o Juis
Estevão Ribr.º

Anno do naSymento de NoSso Sõr Jhũ Xpô de mil e quinhentos noventa e oyto annos em os vynte e dous dias do mes de setenbro dc dyto anno nos canpos de taquyvossu termo da villa de San Paulo da Cap.ta de Sam V.te do Brasil e de q' he Capitão e guovernador p.r Sua Magestade o Sõr Lopo de Sousa sendo Juis Estevão Ribr.º e asyn ccmiguo t.am por ter falesydo da vida prezenteDioguo Sanches nesta sua caza e fazenda onde o dito Juis p.ante mĩ t.am deu juramento dos Santos Evangelhos sobre hũ lyvro deles a Viuva Apolonia Paes e aSi a Pº de Moraes e Amdres Fernandes nesta dyta villa m.res e lhes mãdou sob carguo do dito

Trecho de documento do século 17
(Arquivo do Estado)

(fig. 35)

LEITURA DO DOCUMENTO DO SÉCULO 17:

oytenta e dous annos nesta villa de Cananea em caza dos paço do concelho aonde se achavão o Juizes presidentes Luis Antonio de Freitas e João Francisco Lisboa e os mais oficiais da camera e ahy presente o Sargento mor Manoel Joze de Jezus aquem elle Juis deferio Juramento dos Santos evangelho em hum llivro delles que pos sua mão direyta e lhe emcaregou que bem e verdadeyramente service seo cargo de Juis de orfãos trianal aSim como manda Sua Magestade que aSim o prometeo fazer e ce lhe deo poSe e Juramento de tudo que lhe pertencia de que para constar fis este termo de poSe em que aSynou o dito empoSado com o Juis e mais oficiais da Camera eu Joze da Silva escrivão da Camera que o escrevy.

M.[el] J.[s] / Fr.[tas] / Lx.[a] / Pereira /

Sobral / Pr.[a] /

Documento do século 18. (Arquivo do Estado)
Observe-se que o papel era um tanto absorvente. Podem-se ver sombras das palavras escritas no verso da fôlha

(fig. 36)

LEITURA DO DOCUMENTO DO SÉCULO 18:

Aos oito dias do mes de Julho de mil, sete centos, setenta, e oito, annos, nesta villa de Sam Joam Baptista de Cananea no PaSso do Concelho della onde se achava prezente o Juis prezidente da Camara, e mais offeciaes da Camara para efeito de fazerem sua VereaSsam na forma da Ley, de que para constar fis este termo. E eu Francisco Antonio de Freytas Costa escrivam da Camara o Escrevy.

L.^{xa} / Prado / Pr.^{a} / Silva

Aos onze dias do mes de Julho de mil, sete centos setenta, e oito annos, nesta Villa de Sam Joam Baptista de Cananea, no PaSso do Concelho della, onde Seachava prezente o Juis Prezidente da Camara, e mais ofeciaes della, para efeito de fazerem sua VereaSsam na forma da Ley de que para constar fis este termo. E eu Francisco Antonio de Freytas Costa Escrivam da Camara o Escrevy.

L.^{xa} / Prado / Silva
Pr.^{a} // V.^{to} em Corr.^{ão} de 1778.

Barboza //

Documento do século 19. (Arquivo do Estado)

(fig. 37)

LEITURA DO DOCUMENTO DO SÉCULO 19:

N.º 22

Declaração que fás Anna Gertrudes M.ª

Digo eu Anna Gertrudes Maria abaixo asSignada que sou senhora, e posSuidora de hum sitio e terras no Bairro desta Freguesia no logar chamado o Salgado, onde tão bem posSuem partes no dito Sitio os meos Irmãos Salvador Alves Garcia, Maximo Rodrigues, Antonio da Crús, cujo sitio e terras nos coube por falescimento de nosSa Mai Izabel Maria da Conceição, e esta por posSe antiquisSima, que já ali morou a muitos annos; as confrontações são as seguintes, principia de huma lage de pedra cortando rumo direito athe hum vallo velho, e deste roda athe hum corrigo onde tem periperi, edaqui roda corrigo abaixo athe no caminho que vai na tapera do falescido João Pinto, subindo caminho acima athe dar em hum espigão, rodando espigão abaixo athe dar em hum tijuco preto, e dahi segue rumo direito athe encontrar nos vallos de Raimundo Rodrigues de Freitas, ficando asSim confrontado, de cujo sitio e terras não posSuimos por titulos, mas sim por posSe de muitos annos já acima declarado. Freguesia da Conceição dous de Setembro de mil oito centos cincoenta e quatro. A rogo de Anna Gertrudes Maria por não saber escrever. Antonio Jose Marciano = E nada mais nesta declaração em duplicata em cujos exemplares lancei a nota seguinte — Numero vinte dous: Appresentado no dia dous de Setembro de mil oito centos cincoenta e quatro. o Vigario João Vicente Valladão — e naquelle que fica archivado vai adatta do registro que he a mesma supra. Con.çam 2 de Setembro de 1854

Regº 1$760 João Vicente Valladão

BIBLIOGRAFIA

Almeida, Antônio Paulino de — DETERIORAÇÃO DA ESCRITA E LEITURA PALEOGRÁFICA — In Boletim do Departamento do Arquivo do Estado (S. Paulo) — Vol. X — Fev. 1953.

Azevedo Filho, Bueno de — RELAÇÕES ENTRE A PALEOGRAFIA E A HISTÓRIA — In Boletim do Departamento do Arquivo vo do Estado (S. Paulo) — Vol. X — Fev. 1953.

Christopher, Henry George Thomas — PALAEOGRAPHY AND ARCHIVES — Grafton (Londres) — 1938.

Danneman, Maria Luisa e Calazans Rodrigues, Otávio — CURSO INTENSIVO DE ARQUIVOLOGIA (Aulas mimeografadas — Curso efetuado no Rio de Janeiro, entre novembro de 1950 e fevereiro de 1951).

Del Picchia Filho, José — NOÇÕES DE DOCUMENTOSCOPIA — In Aquivos da Policia Civil de São Paulo — Vol. XXII — 2.º Semestre de 1951.

Donato, Hernâni — A PALAVRA ESCRITA E SUA HISTÓRIA — Edições Melhoramentos (S. Paulo) — 1951.

Faria, Diogo de — OS INIMIGOS DOS NOSSOS LIVROS — Edição do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo — 1919.

Ferreira, Tito Livio — A PALEOGRAFIA E SUAS DIFICULDADES — In Boletim do Departamento do Arquivo do Estado (S. Paulo) — Vol. X — Fev. 1953.

Gallo, Alfonso — LE MALATIE DEL LIBRO — Mondadori (Milão) — 1935.

Gallo, Alfonso — PATOLOGIA E TERAPIA DEL LIBRO — Raggio (Roma) — 1951.

Gomide, Lívio — FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS — In Boletim do Departamento do Arquivo do Estado (S. Paulo) — Vol. X — Fev. 1953.

Hogben, Lancelot — FROM CAVE PAINTING TO COMIC STRIP — Trad. italiana de Alberto Cavallari, com o título "Dalla Pittura delle Caverne ai Fumetti" — Mondadori (Milão) — 1952.

Howard, Leland Ossian — LA MÉNACE DES INSECTES (Tradução francesa de L. Berland) Flammarion (Paris) — 1941.

Lefèvre, Virginia — INSETOS AMIGOS E INIMIGOS — Editora Anchieta S/A (São Paulo) — 1941.

Mendes, Ubirajara Dolácio — A PALEOGRAFIA E SUAS DIFICULDADES — In Boletim do Departamento do Arquivo do Estado (S. Paulo) — Vol. X — Fev. 1923.

Mendes, Ubirajara Dolácio — EVOLUÇÃO DAS ESCRITAS — TIPOS CALIGRÁFICOS — In Boletim do Departamento do Arquivo do Estado (S. Paulo) — Vol. X — Fev. 1953.

Mendes, Ubirajara Dolácio — MATERIAL DA ESCRITA — In Boletim do Departamento do Arquivo do Estado (S. Paulo) — Vol. X — Fev. 1953.

Millares Carlo, Agustin — PALEOGRAFIA ESPAÑOLA — 2 vols. — Editorial Labor (Barcelona) — 1929.

Moura, Américo de — PALEOGRAFIA — DEFINIÇÃO E GENERALIDADES — In Boletim do Departamento do Arquivo do Estado (S. Paulo) — Vol. X — Fev. 1953.

Nabuco, Monsenhor Joaquim — BIBLIÓFILOS VERSUS BIBLIÓFAGOS — Livraria J. Leite (Rio) — 1943.

Ochagavia, Maximino — TRATADO DE LETRAS Y CALIGRAFIA — Editorial Iregua — Buenos Aires — 1946.

Pereira Jr., José Anthero — ESTUDO DE MANUSCRITO — In Revista do Arquivo Municipal (São Paulo) — Vol. LXXVI.

Prou, Jean Maurice — MANUEL DE PALÉOGRAPHIE LATINE ET FRANÇAISE — Picard (Paris) — Sem data.

Public Archives Services — Publicação do Arquivo Público da Inglaterra.

Reinach, Salomon — MANUEL DE PHILOLOGIE CLASSIQUE — 2 vols. — Hachette (Paris) — 1883-1884.

Rodrigues, José Honório — A PESQUISA HISTÓRICA NO BRASIL — Imprensa Nacional — 1952.

Silveira, Carlos da — CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS — In Boletim do Departamento do Arquivo do Estado (S. Paulo) — Vol. X — Fev. 1953.

Taunay, Affonso E. — ENCERRAMENTO DO CURSO DE PALEOGRAFIA — In Boletim do Departamento do Arquivo do Estado (S. Paulo) — Vol. X — Fev. 1953.

Thompson, E. M. — PALEOGRAFIA GRECA E LATINA — (Versão italiana de Fumagalli) Ed. Ulrico Hoepli (Milão) — 1911.

Wailly, M. Natalis de — ÉLÉMENTS DE PALÉOGRAPHIE — 2 vols. — Imprimerie Royale (Paris) — 1838.

Wolff, Phillipe — ORGANIZAÇÃO DOS ARQUIVOS EUROPEUS E, PRINCIPALMENTE, FRANCESES — In Boletim do Arquivo do Estado (S. Paulo) — Vol. X — Fev. 1953.

ÍNDICE